



Governo do
Rio Grande do Sul
e municípios
**Guia de
programas
e parcerias**



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

O futuro nos une.



Índice

Juntos pelo Rio Grande do Sul

4

Transversalidade e transparência

8

Planejamento, governança e gestão

14

Políticas públicas

16




Juntos pelo Rio Grande do Sul

Período 2019 - 2024

Representantes dos **497 municípios do Rio Grande do Sul** sempre tiveram no governo do Estado um parceiro para garantir a elaboração, o desenvolvimento e a efetivação das políticas públicas necessárias para aprimorar a qualidade de vida dos gaúchos e gaúchas.

Ao longo de seis anos de gestão, **o diálogo com os prefeitos e as prefeitas foi uma constante**, sendo fundamental para estruturar e garantir as condições necessárias para levar adiante as reformas que permitiram a retomada da capacidade de investimentos, definir prioridades e possibilitar, agora, **o enfrentamento das consequências das adversidades climáticas**.

O aumento nos valores repassados e no número de convênios firmados entre Estado e municípios comprova que **o diálogo e a parceria são o caminho para o desenvolvimento das cidades**, com foco no crescimento econômico, na sustentabilidade e na resiliência das comunidades.



A celebração de convênios entre o governo do Estado e os municípios é uma ferramenta essencial para fortalecer a colaboração institucional, viabilizando investimentos e melhorias em diversas áreas. Esses acordos permitem a **descentralização de recursos e a implementação de políticas públicas de forma mais eficiente**, atendendo diretamente às necessidades locais.

Nesse contexto, a atual gestão estadual demonstrou um compromisso significativo com o desenvolvimento municipal. **Com o programa Avançar, lançado em 2021, os convênios firmados foram ampliados em 244% na comparação de 2021 para 2022.** O crescimento numérico foi acompanhado pela qualificação do acompanhamento da execução desses convênios.

O diálogo ampliado e a estruturação de ferramentas de gestão dos convênios têm sido fundamentais para que a administração estadual e as prefeituras enfrentem os desafios impostos pelos eventos climáticos extremos. O Plano Rio Grande foi criado para a retomada do Estado e propõe um **diálogo constante com os municípios para o levantamento de propostas que tornem as comunidades mais resilientes.**

No governo do Estado, a relação com os municípios é conduzida de forma transversal e, **em qualquer situação, a administração estará sempre ao lado dos gestores, de portas abertas para ouvir, dialogar e construir soluções** que proporcionem mais qualidade de vida a todos os cidadãos.



Repasses quota parte (25%)

Do ICMS à Famurs de 2019 a 2024 (nominal)

Valores dos repasses líquidos deduzido 20% do Fundeb

ANO	R\$
2019	7.070.660.040,09
2020	7.211.664.345,85
2021	9.406.313.346,71
2022	8.560.215.715,90
2023	8.841.410.074,43
2024	10.035.520.758,92

Fonte: Secretaria da Fazenda (Sefaz).



Convênios firmados

ANO	MUNICÍPIOS
2021	524
2022	1.803
2023	1.511
2024	856

Fonte: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG).



Transversalidade e **transparência**



Gabinete de Prefeitos e **Subchefia do Interior**

Ligado à Casa Civil, o Gabinete de Prefeitos articula as demandas dos municípios junto ao governo do Estado, auxilia nas informações de editais que o Executivo disponibiliza aos municípios e no monitoramento de oportunidades no Portal de Convênios e Parcerias do RS e no Cadastro de Demandas de Transferência Voluntária (CDTV).

O gabinete também atua no agendamento de audiências, apoio na elaboração de projetos – como do Avançar e da Consulta Popular, e ainda orienta sobre linhas de crédito disponíveis para os municípios nos bancos de fomento do Estado, como Badesul e BRDE. Todas as ações visam fortalecer a coordenação entre o governo do Estado e os municípios, promovendo o desenvolvimento no Rio Grande do Sul.

Também ligada à Casa Civil, a Subchefia do Interior atua diretamente com lideranças municipais para o encaminhamento de demandas e atendimento de solicitações ao Executivo estadual. Assim, estreita as relações entre as administrações locais e o Governo do Rio Grande do Sul. A atuação da Subchefia é dividida em nove regiões funcionais, que seguem a divisão geográfica do Estado. Dessa forma, cada equipe centraliza a atividade em uma das áreas, promovendo o diálogo e apoiando a busca por soluções eficazes para a gestão de políticas públicas.

Isso faz com que a articulação e a implementação delas sejam focadas nas demandas das regiões.



Portal de **Convênios e Parcerias**

Agilidade, organização e transparência para a execução dos convênios estão entre os ganhos proporcionados pelo Portal de Convênios e Parcerias do Estado do Rio Grande do Sul. Lançado em 2023, o portal é uma ferramenta de gestão que sistematiza as informações sobre convênios e parcerias celebradas pelo governo estadual, por meio de suas secretarias e entidades, com municípios e organizações da sociedade civil. Por meio do portal, é possível acompanhar a execução dos convênios e parcerias em que o Estado atua como repassador de recursos.

Pelo portal, são monitorados todos os convênios do Programa Avançar, desde 2021, e os convênios firmados pelo Estado com municípios desde então. O novo sistema simplificou os procedimentos de prestação de contas, proporcionando transparência na alocação

dos recursos e previsibilidade quanto à data de conclusão de obras. A ferramenta também permite o acompanhamento simultâneo do andamento de vários convênios e a adoção mais ágil de soluções conjuntas pelos Executivos estadual e municipal.

Na solução, desenvolvida em parceria entre a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), Gabinete do Governador e Procergs, os municípios devem registrar todas as atualizações sobre a situação dos convênios, o que permite o acompanhamento sobre o *status* do convênio (licitando, contratando ou executando), o percentual de execução física, o *status* da execução (em dia, atrasada, concluída, suspensa ou cancelada) e a data prevista para a conclusão, além de fotografias de obras, equipamentos e serviços.

Acesse o portal em convenioseparcerias.rs.gov.br



Cadastro de Demandas de Transferências Voluntárias

Um canal único, que tornou o recebimento das demandas de transferências voluntárias do Estado mais ágil, dinâmico e transparente. Lançado em 2023, o Cadastro de Demandas de Transferências Voluntárias reuniu em um único repositório do governo todas as solicitações feitas pelos municípios para convênios administrativos com o Estado.

O canal, desenvolvido pela Cage, SPGG, Sefaz e Casa Civil, modernizou os convênios do Estado, tornando mais próximo e aberto o diálogo com os municípios, além de garantir maior transparência e controle aos recursos repassados, o que resulta em maior efetividade às políticas públicas desenvolvidas e entregas de maior qualidade à população gaúcha.



Consulta Popular: participação cidadã

Instituída no Rio Grande do Sul em 1998, a Consulta Popular é uma ferramenta democrática pioneira, pela qual os cidadãos definem projetos prioritários para as suas regiões. A cada ano, o governo do Estado reserva no orçamento o valor que irá subsidiar as iniciativas eleitas, beneficiando municípios das 28 regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

O processo se divide em três etapas: o envio de propostas pela população, as assembleias, realizadas junto aos Coredes, e a votação por região. Por meio da Consulta, o Estado ouve as demandas pontuais dos cidadãos e auxilia os municípios com a destinação de verba para a execução dos projetos.

As iniciativas compreendem diferentes áreas, como agricultura, desenvolvimento social,

esporte e lazer, turismo e meio ambiente. Veja a evolução das reservas no orçamento destinadas à Consulta Popular:

ANO	ORÇAMENTO
2019	R\$ 20 milhões
2020	R\$ 20 milhões
2021	R\$ 30 milhões
2022	R\$ 55 milhões
2023	R\$ 60 milhões
2024	R\$ 60 milhões

De 2019 para 2024, a verba destinada para os projetos da Consulta Popular triplicou, mostrando o compromisso do Estado com os projetos que atendem aos municípios gaúchos.



Modernização

A partir de 2020, a participação dos cidadãos na Consulta Popular passou a ser 100% digital. O portal da Consulta foi modernizado, permitindo que tanto o envio de propostas quanto a votação sejam realizados pelo site.

Em 2024, a Consulta Popular recebeu 1.120 propostas e mais de 200 mil votos na etapa final. O aumento crescente do engajamento da sociedade em cada uma das etapas demonstra que a população acredita no poder transformador da ferramenta.

Os avanços em tecnologia, acessibilidade e orçamento, promovidos pelo governo estadual, buscam ampliar o alcance da Consulta Popular e beneficiar municípios em todo o Rio Grande do Sul.

Mais informações

consultapopular.rs.gov.br





Foto: Vitor Rosa/Secom



Planejamento, **governança e gestão**

Reestruturação de carreiras e **qualificação do serviço público**

Mais qualidade no **atendimento à população**

Servidores qualificados são fundamentais para aprimorar o trabalho do Estado junto aos municípios. Em um período de reconstrução, como o que o Rio Grande do Sul vive após as enchentes de maio de 2024, contar com equipes preparadas e motivadas se torna ainda mais importante.

Dentro deste contexto, em 2024 o governo concluiu o processo de reestruturação de carreiras do Executivo, que começou a vigorar em janeiro de 2025. O projeto, aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador Eduardo Leite, moderniza as regras para o desenvolvimento das carreiras estaduais.

A partir de agora, promoções e progressões são atreladas ao desempenho do servidor. Além disso, foi concedido aumento salarial e melhorias para diversas categorias.

A Segurança Pública do Estado contou com um projeto exclusivo, que trouxe mudanças como o sobreaviso remunerado para a Polícia Civil e a extinção do nível mais baixo da carreira de soldado da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros. O documento ainda incluiu a criação de funções gratificadas aos agentes dos órgãos citados e a padronização da amplitude das carreiras do Instituto-Geral de Perícias. Por fim, o quadro de agentes penitenciários e administrativos da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) foi ampliado.

Ao valorizar os servidores públicos estaduais, o Estado **se torna mais forte e capacitado para desenvolver e executar políticas públicas que beneficiam diretamente cidadãos e municípios gaúchos**. Os projetos e iniciativas abrangem áreas essenciais como transferência de recursos, desenvolvimento econômico, infraestrutura e apoio à segurança, auxiliando o progresso local.



Políticas Públicas

Parceria entre governo do Estado e municípios



Horas-máquina para os municípios em emergência

O edital de horas-máquina para os municípios em situação de emergência, em razão das enchentes de maio, está aberto até o dia 4 de março de 2025. A ação visa à recuperação de estradas e vias rurais nas cidades mais atingidas pelo evento climático, com a destinação de R\$ 107,7 milhões em horas-máquina, sendo R\$ 300 mil por município. O recurso é oriundo do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs).

São 359 municípios elegíveis para receber o recurso que pode conter a contratação de horas-máquina de equipamentos como trator de esteira, escavadeira hidráulica, retroescavadeira, rolo compactador, caminhão, motoniveladora (patrola), pá carregadeira e caminhão-prancha, além da aquisição de insumos, como brita, saibro e cascalho. Não será contemplada a contratação de diesel.



Programa de irrigação

O governo do Estado está com edital aberto para o recebimento de projetos de irrigação. O Programa de Irrigação paga, direto ao produtor rural, 20% do valor do projeto, limitado a R\$ 100 mil por beneficiário. O intuito é aumentar a área irrigada do Estado, com garantia de mais produção e mais renda ao agricultor e, também, aos municípios.

O programa é destinado a todos os produtores rurais e não é atrelado a nenhum financiamento por instituição de crédito, podendo o produtor fazer investimento próprio ou procurar a linha de crédito que melhor atender aos seus interesses para a instalação do sistema de irrigação, os quais podem ser: aspersão (pivôs, carretel, simples); localizada (gotejamento/microaspersão); sulcos (várzeas para milho e soja), e reservatórios de água para fins de irrigação.



Foto: Fernando Dias/Seapi

O produtor que tiver interesse deve encaminhar o projeto de irrigação e demais documentos que constam no edital para a Secretaria da Agricultura, a qual fará a análise. O projeto que estiver apto receberá a Declaração de Enquadramento. O Estado pagará a subvenção ao produtor rural em parcela única, após a execução do projeto e a apresentação dos laudos de conclusão e demais documentos comprobatórios exigidos.



Atualizações do Susaf-RS

A adesão dos municípios ao Sistema Unificado de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (Susaf-RS) autoriza os mesmos a realizarem as indicações de credenciamentos dos estabelecimentos registrados nos Serviços de Inspeções Municipais (SIMs) e a comercializarem os seus produtos de origem animal no âmbito estadual, alcançando com isso a equivalência com o Serviço de Inspeção Estadual (SIE/RS), o que possibilita a ampliação das oportunidades de mercado.

Para que os municípios obtenham a equivalência, é necessário comprovar que o SIM esteja regulamentado, estruturado e ativo, sendo esta comprovação devidamente verificada em auditorias de conformidade realizadas pelo SIE/RS.



Mãe **Gaúcha**

O Programa Mãe Gaúcha, da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), distribuiu kits com itens para bebês às mães em vulnerabilidade social inscritas no CadÚnico. Há peças essenciais para os primeiros meses do bebê, como cobertor, toalha de banho com capuz, casaquinho de moletom, macacões longos e curtos, bodies, culotes e meias, além de uma bolsa. Um total de 28 mil kits foi distribuído durante 2024 para 390 municípios que aderiram. Ao todo, foram investidos R\$ 8,38 milhões, sendo R\$ 1 milhão do Tesouro do Estado, R\$ 3,38 milhões do Tribunal de Justiça, e R\$ 4 milhões do Fundo Ampara/RS. O programa segue com inscrições abertas para que as gestões municipais possam participar da política pública.



Centro **Dia**

O projeto Centro Dia para Pessoa Idosa contemplará 26 municípios que manifestaram interesse para construção ou reforma de locais que oferecem serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias. O investimento é de R\$ 20,5 milhões.

Serão realizadas obras de construção em Alegrete, Camaquã, Camargo, Canoas, Farroupilha, Flores da Cunha, Gravataí, Lagoa Vermelha, Restinga Sêca, Ronda Alta, Salvador das Missões, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, São José do Norte, Sapucaia do Sul, Tenente Portela, Três de Maio e Vera Cruz. Reforma, adaptação e/ou ampliações ocorrerão em Guaíba, Jaguarí, Marau, Veranópolis, Rio Grande e Serafina Corrêa.



Cuidar Tchê 60+

O programa Cuidar Tchê 60+ beneficia pessoas acima de 60 anos afetadas pelas enchentes. Os beneficiários recebem kits personalizados, os quais somam até R\$ 3 mil, em quatro categorias de itens essenciais: cozinha, dormitório, mobilidade e eletroeletrônicos. Cerca de 1,9 mil idosos vão receber o benefício.

Para garantir o benefício, a pessoa idosa precisa ser residente em município com decreto de calamidade e inscrita no CadÚnico com renda *per capita* de até R\$ 109.

Foto: Jurgen Mayrhofer Secom



Volta **por Cima**

Foram destinados R\$ 2,5 mil para cada família desabrigada ou desalojada em decorrência das enchentes de 2024. O valor total é de R\$ 251,12 milhões e contemplou 100.448 famílias de 265 municípios. O benefício foi creditado no Cartão Cidadão de pessoas inscritas no CadÚnico na condição de pobre ou extremamente pobre (mesmo com a inscrição sendo realizada após os eventos meteorológicos); que residam em município com decreto de situação de emergência ou calamidade pública homologado pelo governo do Estado; e que tenham cadastro incluído pelas equipes municipais de Assistência Social em formulário disponibilizado pelo programa Volta por Cima ou que foram identificadas como moradoras de área atingida a partir do mapeamento do governo estadual.

Criado em 2023 com o objetivo de oferecer auxílio financeiro a famílias vítimas de eventos climáticos adversos, o programa teve quatro

edições naquele ano. No total, foram pagos mais de R\$ 37,5 milhões em 23.533 benefícios concedidos.



Avançar **SUAS RS**

Em iniciativa inédita no âmbito do Executivo gaúcho, a Sedes lançou, em 2023, o programa Avançar SUAS RS, voltado para a qualificação da estrutura dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) do Estado. Foram investidos R\$ 14,4 milhões em obras de reforma e na aquisição de materiais permanentes para unidades de serviço socioassistencial de 102 municípios. Em 2024, foi promovida uma nova edição do programa, destinada a cidades em estado de calamidade ou situação de emergência em razão das enchentes de abril e maio, o SUAS Reconstrução.



SUAS Reconstrução

O governo repassou R\$ 26,5 milhões para 76 prefeituras habilitadas no programa SUAS Reconstrução. A iniciativa da Sedes prevê a qualificação e construção de Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), Unidades Públicas de Acolhimento Institucional, Postos do Cadastro Único e Centros de Convivência referenciados ao Cras.

Dos municípios habilitados, 46 receberam até R\$ 250 mil para reforma ou ampliação de unidade de serviço socioassistencial, e outras 30 cidades contaram com o repasse de até R\$ 500 mil para construção de novo equipamento. Cada município selecionado indicou uma unidade para receber a obra.



Partiu Futuro Reconstrução

Com investimento de R\$ 53 milhões, o Partiu Futuro Reconstrução ofertou 1,5 mil vagas para jovens entre 14 e 22 anos em situação de vulnerabilidade, inscritos no Cadastro Único, e que foram afetados pelas enchentes.

A iniciativa teve como objetivo a formação profissional e o acesso ao mundo do trabalho em órgãos públicos municipais e estaduais. Cada jovem aprendiz passou a receber uma bolsa-auxílio de R\$ 786,95 para uma jornada de 20 horas semanais e vale-alimentação de R\$ 550, além do vale-transporte, caso esse seja necessário.



Aluguel Social e Estadia Solidária

O programa Aluguel Social e Estadia Solidária destinou R\$ 37 milhões para os municípios repassarem a famílias em vulnerabilidade que não possuem residência para morar devido às enchentes. Cada família recebeu R\$ 2.400, que se dividem em R\$ 400 pelo período de seis meses ou um ano. Um total de 8.345 famílias foi beneficiado em 52 cidades.



Auxílio-Abrigoamento

O governo, através da Sedes, destinou R\$ 6,6 milhões, divididos em cinco lotes, para municípios com pessoas em alojamentos provisórios devido às enchentes. O Auxílio-Abrigoamento é de R\$ 150 por pessoa, e 75 municípios que solicitaram receberam o benefício.



Kits de alimentos da agricultura familiar

O programa de Aquisição de Alimentos distribuiu kits de alimentos comprados de cooperativas de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais. Entre 2023 e 2024, foram distribuídos 159.214 kits de alimentos para 416 municípios. Quem recebe: pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.



Empreender Social

O Projeto Empreender Social visa à qualificação profissional na área de empreendedorismo, abrangendo temas como logística, empreendedorismo feminino e fluxo de caixa. Em 2024, 94 municípios aderiram, e 583 pessoas em situação de vulnerabilidade social inscritas

no CadÚnico receberam a qualificação. Novo edital deverá ser lançado em 2025.



Índice de **Vulnerabilidade da Família**

Lançado em dezembro de 2024, o Índice de Vulnerabilidade da Família (IVF) auxilia os gestores municipais na priorização e na elaboração de ações voltadas à redução da vulnerabilidade social, qualificando o processo decisório no âmbito da administração pública. O IVF está disponível no site social.rs.gov.br/monitoramento



Sistema Estadual **de Cultura**

O Sistema Estadual de Cultura (SEC/RS) é o processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade. Tem como estrutura os seguintes componentes: Conselho Municipal de Política Cultural, Plano Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura. O público-alvo é a sociedade civil organizada e a administração pública municipal.



Pró-Cultura RS

É o sistema de fomento direto e indireto, com recursos descentralizados, da Secretaria de Estado da Cultura para as atividades culturais realizadas no Rio Grande do Sul. Tem como público-alvo a sociedade

civil organizada, pessoas físicas, pessoas jurídicas, administração pública municipal, universidades, museus, bibliotecas, casas de cultura, entre outros. Para adesão, é preciso fazer o Cadastro Estadual de Proponente Cultural (CEPC) da Secretaria e manter os dados atualizados no site do Pró-Cultura RS.



Formação e qualificação da área cultural

Tem o objetivo de promover o estímulo e o fomento à qualificação de gestores, de serviços, de profissões e de profissionais do setor cultural, e da sociedade civil, abrangendo os diversos segmentos e setores da área da cultura.

O público-alvo é a sociedade civil organizada, administração pública municipal, artistas, produtores culturais, entre outros.



Programa RS Criativo

O programa RS Criativo promove o desenvolvimento e o fortalecimento da economia criativa. Contempla os princípios de criatividade, diversidade cultural, sustentabilidade e inclusão social para a promoção e o fomento dos setores e

territórios criativos. Tem como público-alvo a sociedade civil organizada, criativos, empreendedores, indústrias criativas, administração pública municipal, artistas, produtores culturais, entre outros.



Dia Estadual do Patrimônio Cultural

O Dia Estadual do Patrimônio Cultural é uma parceria entre Estado, municípios, instituições culturais e comunidades na valorização do patrimônio cultural. A sociedade civil organizada, comunidades, administração pública municipal, artistas, produtores culturais, entre outros, são o público-alvo.



Parceria com o **RS Seguro** **COMunidades**

Uma parceria entre a Secretaria de Cultura e o RS Seguro COMunidades viabiliza três programas. O Artista na Escola disponibiliza bolsas para artistas promoverem oficinas em escolas públicas dos territórios. Tem previsão de impactar 7,2 mil alunos nos três anos do projeto. A adesão pode ser feita por meio de seleções abertas e divulgadas no site cultura.rs.gov.br

Já o Autor Presente promove atividades literárias mediadas por escritores, mediadores de leitura e contadores de história em escolas públicas dos territórios. A previsão é impactar 5 mil alunos nos três anos do projeto. Também, é possível aderir por meio de seleções abertas e divulgadas no site da Secretaria. O terceiro projeto é o Caminhos Criativos, o qual disponibiliza 180 bolsas de estágio em instituições da Sedac, com formação

continuada para jovens. A adesão ocorre por meio de seleções abertas e divulgadas no site.



Fundopem

O Fundo Operação Empresa do Rio Grande do Sul (Fundopem) é um programa de incentivo à indústria que não libera recursos financeiros para as empresas, mas realiza apoio por meio do financiamento parcial do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incremental devido gerado a partir da sua operação. Esse instrumento público tem duas modalidades: o Fundopem Tradicional, que financia parte do ICMS incremental, e o Fundopem Express, o qual utiliza o benefício por meio de um crédito fiscal mensal.

Com as enchentes que acometeram o Estado em 2024, foi criado o Fundopem Recupera RS, adaptado para auxiliar os empreendimentos direta ou indiretamente afetados com sede

em municípios impactados pelos eventos meteorológicos. Essa versão foi prorrogada e tem validade até 3 de junho de 2025.



Programa de Aquisição de **Alimentos**

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem como propósito ampliar o acesso à alimentação e fortalecer a segurança alimentar, ao mesmo tempo em que incentiva a produção e comercialização da agricultura familiar. Na modalidade Compra com Doação Simultânea, o programa impulsiona o desenvolvimento rural nos municípios do Rio Grande do Sul, abrindo novos mercados para os agricultores e atendendo a demandas de suplementação alimentar e nutricional. Os produtos são adquiridos diretamente de agricultores familiares, pescadores artesanais, aquicultores e outros produtores, e doados a entidades da rede de proteção social.

Os municípios interessados em aderir ao PAA devem formalizar uma parceria com o Estado, firmando um Termo de Adesão que define as responsabilidades na execução do programa. Após a adesão, o município atua na compra e distribuição dos alimentos conforme as diretrizes do programa, garantindo que os produtos cheguem a quem mais precisa.



Troca-Troca de Sementes de Milho e Sorgo

O Programa Troca-Troca de Sementes de Milho e Sorgo é uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), que incentiva a produção agrícola no Rio Grande do Sul. O programa disponibiliza sementes de milho híbrido (convencional e transgênico) e sorgo para agricultores familiares, promovendo a produção de grãos e silagem. Destinado a agricultores familiares, o programa fortalece a agricultura familiar e a pecuária, garantindo maior segurança alimentar e produtiva no Estado.

Os municípios aderem ao programa por meio de um termo de cooperação para adesão e atuam para intermediar a distribuição das sementes aos agricultores. A cada safra, o Estado define as regras de participação, cronograma, cultivares disponíveis e subsídios. O programa ocorre em duas etapas anuais (Safrã e Safrinha), permitindo que cada agricultor solicite até seis sacas de sementes por etapa, fortalecendo a produção local e a economia rural.



Consulta **Popular**

As assinaturas dos convênios da Consulta Popular com os municípios gaúchos representam uma das ações prioritárias da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Esses convênios têm como principal objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, com a destinação de recursos para a aquisição de equipamentos e ferramentas que impulsionam as atividades rurais. Entre os itens contemplados, estão patrulhas agrícolas, veículos, implementos para preparo do solo e câmaras frias, essenciais para aumentar a eficiência e a competitividade da produção.



Programa Desassorear RS

O programa Desassorear RS tem como finalidade **promover a limpeza de arroios, canais de drenagem e sistemas pluviais** de municípios que, em decorrência das enchentes, declararam situação de emergência ou estado de calamidade. O Desassorear RS tem como base dois eixos de atuação: o eixo 1, sob responsabilidade da **Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedur)**, que está voltado para recursos hídricos de pequeno porte, como rios menores, arroios e canais de drenagem, **com investimento de R\$ 301,3 milhões**; e o eixo 2, que será implementado em etapa posterior pela **Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema)**, contemplando **rios maiores, de médio e grande porte**. Os municípios podem aderir ao programa acompanhando o lançamento dos editais e o chamamento nos canais oficiais do governo do Estado.



Foto: Maurício Zanetto Secom



Horas-máquina

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedur) trabalha, desde maio de 2024, no auxílio aos municípios atingidos pelas chuvas por meio do Programa Horas-máquina, que tem como principal objetivo atuar, usando de termo de cooperação, na abertura de estradas, na terraplanagem para a construção de habitações, na limpeza de terrenos e na reestruturação de cabeceiras de pontes.

Em 2024, o Estado investiu R\$ 112,5 milhões no programa, contemplando 110 municípios. O intuito é dar celeridade ao restabelecimento dos acessos entre as cidades, visando melhorar o deslocamento dos moradores pelas estradas vicinais. A contratação das horas-máquina também contempla serviços de movimentação de terra; execução e manutenção de pequenos trevos de acesso das vias municipais às rodovias estaduais; manutenção de pequenas barragens,

pontes, pontilhões e bueiros. Os municípios ficam responsáveis pela gestão e fiscalização dos trabalhos.

Para participar, as gestões municipais devem acompanhar os editais e chamamentos divulgados nos canais oficiais do governo do Estado e no Diário Oficial.



Pavimenta

Implementado pela Sedur, o programa Pavimenta teve sua segunda edição lançada em março de 2024, visando à ampliação e à qualificação da infraestrutura rodoviária de municípios por meio da destinação de recursos diretamente às gestões municipais. Por meio da parceria entre o governo e as gestões locais, são implementados projetos de pavimentação e sinalização de vias, que resultam em melhores condições de trafegabilidade, proporcionando mais qualidade de vida à população.

Na primeira edição do programa, o Estado destinou R\$ 378,7 milhões, os quais vêm sendo distribuídos entre os 409 municípios contemplados. Já a segunda edição recebeu o aporte de R\$ 251,3 milhões, atendendo a 237 cidades. Além dos valores repassados pelo governo, as obras também contam com contrapartida municipal.

Para fazer parte do programa, os municípios devem aguardar o chamamento público realizado pelo Estado. Em seguida, é necessário apresentar seus projetos à Sedur, que, após aprovação, autoriza a liberação de verba estadual para execução da obra.



Revisão dos Planos Diretores

O Estatuto da Cidade consagra o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. A obrigatoriedade desse instrumento é prevista

nos casos de cidades incluídas no Cadastro Nacional de Municípios suscetíveis à ocorrência de Desastres Naturais, como é o caso de inúmeros municípios gaúchos.

A Sedur, com apoio técnico da Universidade do Vale do Taquari (Univates), está atuando na assistência técnica para elaboração do Plano de Reconstrução (Zoneamento de Risco) e para revisão dos planos diretores dos municípios. O investimento do governo estadual é de R\$ 3,1 milhões para revisão de sete Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano.

Por meio de mapeamento geotécnico de sete cidades do Vale do Taquari (Arroio do Meio, Colinas, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela, Muçum e Roca Sales), está sendo desenvolvido um estudo que ajudará a definir quais serão as áreas para realocação da população atingida pelo evento meteorológico, além de identificar quais são as áreas suscetíveis a inundações e deslizamentos.



Avaliação de localidades e emissão de laudos

Após as enchentes de maio de 2024, o governo do Estado, por meio da Sedur, atuou na emissão de laudos para os municípios atingidos pelas cheias. Esses documentos constituem requisito fundamental para aquisição de recursos junto ao governo federal. Para emissão dos laudos, além da identificação das áreas afetadas e do georreferenciamento, o trabalho também incluiu a elaboração de planos de conjunto, um mapeamento de polígono, no qual estão agrupadas as casas que foram destruídas ou interditadas.

As áreas são georreferenciadas, e uma proposta de intervenção de baixo custo é elaborada, com a indicação de construção de praças ou parques nos locais que não podem mais ser habitados. O trabalho contou com apoio técnico da Universidade do Vale do Taquari (Univates) e investimento de R\$ 11,4 milhões do Estado.

Foram atendidos 98 municípios gaúchos, com emissão de 18.970 laudos habitacionais aprovados e entregues, com classificação dos imóveis conforme o nível de danos estruturais sofridos. Além disso, foram emitidos 446 laudos de estradas e 238 de pontes, por meio da contratação de 146 empresas especializadas em engenharia e arquitetura para auxiliar no trabalho, tendo como padrão de análise os critérios do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) do governo federal.



Duplicação da Estrada Caminho do Meio

O projeto Caminho do Meio, coordenado pela Sedur, prevê a duplicação de vias estruturais ao longo de 23,08 km, tendo em vista as rotas diárias de deslocamento populacional realizadas entre os municípios de Alvorada, Viamão e Porto Alegre, com grande número de usuários concentrados nas horas de pico. O trecho total da intervenção serve como rota alternativa da

ERS-040 e conta com investimento de R\$ 297 milhões do Estado.

Os trechos 1 e 2, em Porto Alegre, com RDCI em execução, apresentam 7,3 km. A previsão de publicação do edital é em março de 2025. O trecho 3, com 11,4 quilômetros (Viamão), e o trecho 4, de 4,38 quilômetros (Alvorada), tiveram os projetos entregues pelos municípios. Esse último está em análise pela Caixa Econômica Federal.

A obra irá contribuir para a qualificação do serviço de transporte público coletivo, com a elevação da velocidade média do tráfego, além de facilitar o deslocamento de pedestres e ciclistas, por meio da construção de faixas, paradas de ônibus, canteiro central, passeio público, ciclovias, iluminação e drenagem, gerando impacto positivo no desenvolvimento urbano e econômico das cidades abrangidas.



Projeto de proteção contra cheias

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedur) é responsável pelos estudos para proteção contra cheias na região do Delta do Jacuí, em Eldorado do Sul. O projeto compreende áreas já urbanizadas e em vias de urbanização, abrangendo a construção de duas casas de bombas de drenagem e rede de macrodrenagem (galerias e canais abertos), dois canais de descargas e três drenos coletores, além de um dique com extensão de 8,6 km.

A Sedur também é responsável pelos estudos e projetos de proteção das bacias do Arroio Feijó, do Rio Gravataí e do Rio dos Sinos, e, juntamente às equipes técnicas da Casa Civil e da Secretaria de Reconstrução Gaúcha (Serg), desenvolveram o Termo de Referência para contratação de atualização dos estudos, dos projetos básicos e executivos, bem como da execução da obra, por meio de Regime de Contratação Integrada permitido pela Lei nº 14.133.

Nesse processo, o governo estadual realiza a contratação dos projetos de proteção contra cheias, os quais passam por análise da Caixa Econômica Federal e serão executados com recursos federais de R\$ 531 milhões obtidos pelo Estado por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O projeto possibilitará a ampliação e o fortalecimento do sistema de proteção contra cheias em Eldorado do Sul, beneficiando cerca de 40 mil habitantes.



Minimização dos efeitos das cheias na bacia Taquari-Antas

O projeto de redução do efeito das cheias na bacia dos rios Taquari-Antas, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedur) e pela Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), contempla a elaboração de estudos preliminares, anteprojeto, estudo

e relatório de impacto ambiental (EIA/Rima), projetos básico e executivo de engenharia para obras e intervenções.

O estudo abrangerá todos os 119 municípios da bacia, com ênfase nos 12 mais afetados pelas cheias: Santa Tereza, Muçum, Encantado, Roca Sales, Arroio do Meio, Colinas, Lajeado, Estrela, Cruzeiro do Sul, Bom Retiro do Sul, Venâncio Aires e Taquari. O trabalho visa à mitigação dos impactos de futuros eventos meteorológicos extremos, com base na definição de medidas estruturais e não estruturais integradas que venham a proteger o conjunto das cidades ao longo do tempo, prevendo ações corretivas e preventivas, de curto, médio e longo prazos.

O governo estadual é responsável pela contratação dos projetos de proteção contra cheias, que passam por análise da Caixa Econômica Federal, e serão executados com recursos federais no valor de R\$ 16,15 milhões, obtidos pelo Estado por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul

O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (Saers) é um instrumento para avaliar as aprendizagens dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, nas séries finais de cada etapa/ciclo, a fim de direcionar as políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade da educação que o Estado oferta à educação básica. O Saers avalia o desempenho dos estudantes da rede pública estadual e das redes públicas municipais do Rio Grande do Sul, abrangendo os 497 municípios.

Esse índice é um dos elementos definidores da parcela da Participação do Rateio da Cota Parte da Educação (PRE), do Índice de Participação dos Municípios do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Todos os municípios gaúchos que atendem

aos critérios já aderiram à avaliação. Em 2025, o Saers será realizado de 17/11 a 2/12.



Alfabetiza Tchê

Alfabetização de todas as crianças do Rio Grande do Sul até o 2º ano do Ensino Fundamental é a meta do Programa Estadual de Apoio à Alfabetização – Alfabetiza Tchê. Em novembro de 2023, foi aprovada a Lei n.º 16.048, a qual cria o Programa Alfabetiza Tchê, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 57.519, de março de 2024.

O Programa atua em cinco eixos: fortalecimento da aprendizagem, fortalecimento da gestão municipal e escolar, formação de professores, avaliação externa, acompanhamento e monitoramento dos indicadores, e cooperação, articulação e incentivo. São beneficiados estudantes da Educação Infantil (de quatro a cinco anos) e dos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental das redes municipal e estadual.

Em 2025, 100% dos municípios do Rio Grande do Sul aderiram ao Programa.



Fluência **Leitora**

A Avaliação de Fluência Leitora faz parte do Programa Estadual de Apoio à Alfabetização – Alfabetiza Tchê. O conjunto de ações, voltadas para o apoio à alfabetização, conta com a adesão de todos os 497 municípios gaúchos, além de integrar a Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (Parc). Os resultados fornecem um panorama das habilidades dos estudantes, apontando possibilidades de intervenção pedagógica, para a melhoria da capacidade leitora dos alunos.

A previsão de aplicação da Avaliação de Fluência Leitora está para ocorrer em duas etapas: Diagnóstica, prevista para o primeiro trimestre letivo de 2025, e Somativa, em novembro.



Jogos Escolares do Rio Grande do Sul

Os Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (Jergs) têm por finalidade estimular a prática esportiva dos alunos de escolas públicas do Estado, buscando a mobilização da comunidade escolar em prol do esporte educacional e das diversas manifestações corporais desenvolvidas pela escola. O Jergs é realizado no formato presencial, nos gêneros masculino e feminino, nas modalidades de atletismo, basquete, bocha paralímpica, futsal, handebol, tênis de mesa, orientação, vôlei e xadrez, nas categorias Infantil e Juvenil.

Os municípios que não participam dos Jogos e têm interesse devem contatar a Coordenadoria Regional de Educação de sua respectiva região para orientações sobre a adesão ao Jergs de 2025.



Foto: Guilherme Arruda/GK/Divulgação



Apoio ao Transporte Escolar

O Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (Peate) possui como objetivo viabilizar o transporte escolar em regime de colaboração com os municípios como ferramenta de acesso e permanência de qualidade para os estudantes residentes da zona rural, matriculados na educação básica estadual. O programa consiste em transferir recursos financeiros diretamente aos 469 municípios aderidos que realizem, nas suas respectivas áreas de circunscrição, o transporte escolar de alunos da educação básica da rede pública estadual, residentes no meio rural.

Para aderir ao Peate, os municípios devem contatar a Subsecretaria de Governança e Gestão Organizacional na Seduc.



Avançar Mais no Esporte

Voltado às prefeituras municipais, o Avançar Mais no Esporte é a continuação do exitoso Avançar no Esporte, lançado em 2021 e que contou com 272 obras realizadas. Nesta nova fase, são, ao todo, R\$ 154 milhões investidos pelo governo do Estado em duas modalidades: Infraestrutura Esportiva e Ilumina Esporte. Foram aprovados 506 projetos de 354 municípios, atingindo mais de 70% das cidades gaúchas. Assim, o Avançar Mais no Esporte torna-se o maior programa de infraestrutura esportiva da história do Estado.



Bolsa-Atleta RS

Em 2024, o Governo do Rio Grande do Sul concretizou a inédita versão estadual do Bolsa-Atleta, após projeto elaborado pela Secretaria do Esporte e Lazer (SEL) e que se tornou lei

em 2023. O programa se mostrou um dos mais completos e inclusivos do Brasil. Com investimento de R\$ 4,5 milhões, foram beneficiados 490 esportistas entre atletas e treinadores, com a destinação de 50% das bolsas para a categoria esporte educacional e 25% de bônus sobre os valores estipulados ao paradesporto.



Pró-Esporte RS

Com o propósito de fomentar o esporte no Estado, o Pró-Esporte RS registrou 773 projetos inscritos e 235 contemplados em 2024. Nesta primeira janela de 2025, foram registradas 532 inscrições de projetos, em mais uma comprovação do crescimento constante da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE). Desde 2019, com investimento anual de R\$ 35 milhões, o programa passou por um processo de democratização, saindo de 14 para mais de 60 modalidades esportivas atendidas. Os projetos inscritos aumentaram de 132 para mais de 2,4

mil, e os contemplados foram ampliados de 83 para mais de 700, fortalecendo, assim, a capilaridade e o impacto social da iniciativa.



Segue o Jogo

Em parceria com a Central Única das Favelas (Cufa-RS), o Segue o Jogo tem o intuito de mapear e distribuir materiais e equipamentos para projetos esportivos voluntários em todo o Estado. Em sua última edição, o programa beneficiou mais de 1,8 mil projetos, com investimento superior a R\$ 7 milhões, impactando 135 municípios.



Todos no Jogo

Programa inédito, o Todos no Jogo abriu mais de 1,5 mil vagas gratuitas para a prática esportiva

destinadas a pessoas com deficiência intelectual. Com investimento de R\$ 3 milhões, 21 projetos de 14 municípios foram contemplados.



Taça das **Favelas**

Maior campeonato de favelas do mundo, a Taça das Favelas, em sua versão gaúcha, já realizou duas edições. Na última, foram 724 times, nas categorias masculino e feminino, e 10 mil jovens inscritos de 37 municípios.



Copa **RS**

Depois do sucesso da edição inaugural, a Copa RS de Futebol Amador chegou à sua segunda edição ainda mais robusta, superando todos os números anteriores. Iniciada em abril de 2024, a competição mobilizou 82 municípios ao reunir 162 equipes, em um investimento de R\$ 800 mil.



Van do **Esporte**

O programa Esporte e Lazer em Movimento leva entretenimento para crianças, adolescentes e público em geral por meio de atividades que estimulam o convívio social e a prática esportiva. Carregada de equipamentos para mais de dez atividades, a Van do Esporte viaja para levar diversão a todos os cantos do Rio Grande do Sul. Mais de 230 municípios já receberam as atrações do projeto, atingindo mais de 30 mil pessoas em atividades gratuitas.



Programa de **Integração Tributária**

O Programa de Integração Tributária (PIT), da Secretaria da Fazenda (Sefaz), visa incentivar ações de interesse mútuo entre Estado e municípios no crescimento da arrecadação do

ICMS, repercutindo nos repasses dos recursos às prefeituras. A adesão voluntária dos municípios é feita por meio de convênio entre o Estado e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs).

Coordenado pela Receita Estadual, atualmente todos os municípios gaúchos são signatários do convênio. O PIT tem pontuação semestral de até cem pontos, os quais estão distribuídos em cinco grupos de ações: Ações de Educação Fiscal; Incentivo à Emissão de Documentos Fiscais; Comunicação de Verificação de Índícios (compartilhamento de informações sobre os contribuintes e suas operações que, eventualmente, possam significar alguma irregularidade em obrigação tributária); Gestão de Informação do Setor Primário (gestão dos cadastros, talões e notas dos produtores rurais); e Combate à Sonegação (foco na fiscalização da circulação de mercadorias por meio de Turmas Volantes Municipais).

A Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM) oferece cursos on-line sobre Educação Fiscal, Setor Primário e Turmas

Volantes Municipais para capacitação de servidores municipais.



Índice de Participação dos Municípios

A Constituição Federal determina que os Estados repassarão aos municípios 25% do ICMS arrecadado. Compete à Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul apurar o Índice de Participação de cada município. O índice é calculado a partir de determinadas variáveis, e a Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM) oferece curso on-line sobre o assunto para capacitação de servidores municipais.



Nota Fiscal Gaúcha

Coordenado pela Receita Estadual, o Nota Fiscal Gaúcha (NFG) incentiva os cidadãos a pedir a nota fiscal e, para participação nos sorteios, incluir seu CPF no momento das suas compras. É uma iniciativa de cidadania fiscal, conscientizando sobre a importância social do tributo.

Atualmente, o NFG conta com mais de 4 milhões de pessoas cadastradas, ou seja, cerca de 43% da população gaúcha faz parte do programa estadual. Todas essas pessoas, ao incluírem CPF na nota fiscal, passam a usufruir de uma série de vantagens, como sorteios com premiações em dinheiro, desconto no IPVA, além da possibilidade de auxiliar entidades sociais e contribuir no combate à informalidade e à sonegação.

Além disso, os municípios também podem aderir ao uso da plataforma de sorteios do NFG para promover sorteios municipais.



Devolve ICMS

O Devolve ICMS é uma iniciativa que busca devolver parte do ICMS para famílias de baixa renda. Podem receber o benefício as famílias que residem no Rio Grande do Sul, incluídas no CadÚnico, que recebam Bolsa-Família ou que tenham componentes familiares na Rede Estadual de Ensino Médio. Todas as famílias possuem renda mensal de até três salários mínimos nacionais ou renda *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo nacional, conforme critérios do CadÚnico.

São mais de 600 mil famílias beneficiadas no programa. Já foram distribuídos mais de R\$ 836 milhões, por meio de repasses trimestrais compostos por uma parcela fixa (R\$ 100) e uma parcela variável (conforme a renda declarada no CadÚnico e o volume de notas fiscais solicitadas com CPF).



Foto: Sefaz Divulgação

Os valores são depositados no Cartão Cidadão dos titulares, que funciona como um cartão de débito. Entre outras ações, os municípios podem auxiliar na distribuição dos cartões aos beneficiários. Atualmente, cerca de 97 mil cartões ainda não foram retirados no Estado. O programa foi desenvolvido pela Receita Estadual e conta com a parceria do Banrisul, Banricard, Procergs e Secretaria da Educação, além de envolver diversos órgãos ao longo de sua consolidação.



Tributos Estaduais e Repasses Federais para os Municípios

Voltadas a subsidiar o planejamento financeiro dos municípios, o Tesouro do Estado disponibiliza as previsões de transferências das quotas do ICMS, FPM, IPI-Exportação, IPVA, Fundeb, Salário-Educação e dos ressarcimentos para compensar as perdas com a Lei Kandir. As estimativas são geradas individualmente com base nos índices de participação de cada município, auxiliando no seu planejamento financeiro. Algumas considerações importantes: as previsões indicam as estimativas dos valores para cada tipo de transferência e as respectivas datas dos repasses, e apresentam abertura por data de transferência no mês corrente e nos dois próximos (opção trimestre corrente, por dia de repasse), e por valor total do mês e do ano (opção próximo trimestre, por mês de repasse). Como o município pode aderir: as projeções estão disponíveis no site do Tesouro do Estado.



Política Estadual de Habitação **de Interesse Social**

Legislação inédita no Estado (Lei nº 16.138/2024), oficializa como política de Estado, e não apenas de governo, os programas habitacionais existentes e prevê a criação de outras iniciativas inovadoras. Entre os princípios da lei, está o desenvolvimento de tecnologias que ampliem a resiliência e a sustentabilidade das construções e dos espaços destinados à habitação de interesse social.



Estratégia **Integrada de Habitação**

Lançada no início de setembro de 2024, reúne cinco programas habitacionais do Estado, por meio da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (Sehab), incluídas doações e parcerias com entidades, que somam quase meio bilhão de reais em investimentos (R\$ 459,2 milhões) para viabilizar mais de 7,5 mil moradias que irão beneficiar, principalmente, pessoas que perderam seus lares em decorrência das enchentes no Rio Grande do Sul.



Programa **A Casa é Sua**

O programa A Casa é Sua, da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (Sehab), é uma política pública habitacional com o propósito de promover a construção de unidades habitacionais para redução do déficit habitacional no Estado. É executado em duas modalidades: Município – por meio de convênio e contrapartida com os municípios. Atualmente em sua Fase 4, conta com um investimento total de R\$ 162,2 milhões, sendo 2052 famílias beneficiadas em 57 municípios; e Calamidade – são casas construídas com recursos do Estado para as famílias atingidas pelas enchentes de 2024. São 625 moradias temporárias, com investimento de R\$ 83,3 milhões. Em casas definitivas, o investimento é de R\$ 58,7 milhões no primeiro lote de 422 unidades habitacionais em 11 municípios. A adesão dos municípios é feita por edital de chamamento público.



Foto: Ascom Sehab



Porta de Entrada

O programa Porta de Entrada, modalidade Cidadão, subsidia até R\$ 20 mil para entrada na compra de imóveis novos, ou que ficarão prontos em até 24 meses, com valor máximo de R\$ 300 mil. A adesão ocorre por meio de incentivo às incorporadoras dos municípios, interessadas em participar do programa, para que cidadãos possam se inscrever.

O investimento total chega a R\$ 120 milhões (R\$ 100 milhões do governo do Estado e R\$ 20 milhões da Assembleia Legislativa).
Informações: <https://portadeentrada.rs.gov.br>



Mais Água

O programa tem o objetivo de levar acesso à água potável para comunidades desabastecidas por meio da perfuração de poços tubulares profundos e construção de redes de água em áreas urbanas e pequenas comunidades.

O investimento do Estado em 2024 foi de R\$ 6 milhões para 60 poços. A adesão é feita por edital de chamamento público. Informações: <https://habitacao.rs.gov.br/mais-agua-rs>



Regularização Fundiária

O programa de Regularização Fundiária garante a segurança jurídica de posse de propriedade do imóvel. A Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (Sehab) é a gestora dos processos de regularização fundiária, urbana e rural, no Rio Grande do Sul. Para essa tarefa, instituiu quatro modalidades de atuação a fim de atender plenamente às necessidades do tema: Regulariza RS; Regulariza, Tchê!; Regulariza Cohab/Ipergs, e Assentamento Legal. A adesão é por chamamento público.



Residencial 60+

O programa Residencial 60+ é uma iniciativa habitacional para atender à população 60+ em situação de vulnerabilidade social. É executado por convênio com municípios e há contrapartida. A adesão é por edital de chamamento público, a ser lançado em 2025.



Nenhuma Casa sem Banheiro

O programa Nenhuma Casa sem Banheiro tem a finalidade de construir módulos sanitários para a população de baixa renda. É executado por meio de convênio com contrapartida, e a adesão é por edital de chamamento público, a ser lançado em 2025 para nova etapa.



Inova RS

O Inova RS possui como principal objetivo posicionar o Estado no mapa global da inovação. Comandado pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (Sict), o programa atua nos oito ecossistemas regionais de inovação do Rio Grande do Sul (Fronteira Oeste e Campanha; Noroeste e Missões; Central; Sul; dos Vales; Metropolitana e Litoral Norte; Serra Gaúcha; Produção e Norte), a partir da articulação entre governo, academia, iniciativa privada e sociedade civil organizada.

Para colocar em prática as ações estratégicas, focadas em inovação, empreendedorismo e desenvolvimento tecnológico, o Inova RS conta com gestores de inovação e tecnologia (GITs), que são bolsistas e estão presentes em todas as regiões. Além disso, cada região elege suas áreas prioritárias de atuação, as quais incluem agronegócio, saúde, educação, turismo, entre outras. Com a proposta de regionalizar suas atividades, o Inova RS trabalha de forma customizada as prioridades de cada região e abrange os 497 municípios do Estado.



Foto: Jéssica Moraes Ascom Sict



Rotas da Inovação

Liderado pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (Sict), o projeto Rotas da Inovação passa pelas oito regiões do programa Inova RS (Fronteira Oeste e Campanha; Noroeste e Missões; Central; Sul; dos Vales; Metropolitana e Litoral Norte; Serra Gaúcha; Produção e Norte), abrangendo os 497 municípios. O propósito é promover o desenvolvimento econômico e social por meio da aproximação dos atores da quádrup a hélice – formada por governo, academia, iniciativa privada e sociedade civil organizada.

O Rotas da Inovação conta, também, com a articulação das prefeituras e do ecossistema municipal de inovação. O projeto faz parte do planejamento estratégico do governo para integrar iniciativas de inovação no Estado, buscando resultados que beneficiem a população e a economia local, de modo a regionalizar as ações para que as políticas públicas contemplem os interesses locais.



Comitê Científico de **Adaptação e Resiliência Climática**

O Comitê Científico integra a estrutura de governança do Plano Rio Grande, com foco no engajamento da academia para o desenvolvimento de projetos de reconstrução e transformação do Estado. É coordenado pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (Sict) e formado por especialistas e pesquisadores de diversas áreas e de renome nacional e internacional.

O colegiado tem como missão analisar e propor políticas públicas voltadas ao enfrentamento da crise climática no Estado, promovendo a prevenção e mitigação de impactos em todo o território gaúcho. Além da produção de pareceres técnicos que embasam e norteiam ações assertivas, o Comitê participa de atividades de interação com a sociedade – como rodas de conversa, palestras, painéis e reuniões abertas – em diferentes municípios gaúchos. Entre em contato pelo e-mail: secretaria-comite@sict.rs.gov.br



Política Estadual de **Ciência, Tecnologia e Inovação**

A Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Pecti) estabelece as diretrizes da área para o período de 2025 a 2030. Elaborado pelo Conselho Estadual de Inovação, Ciência e Tecnologia e pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (Sict), o

documento busca fortalecer a criação, a atração e o desenvolvimento de empresas de base tecnológica, institutos de pesquisa e universidades, promovendo um ambiente propício ao empreendedorismo inovador e às atividades científicas e tecnológicas em todo o território gaúcho.

A política se baseia nos seguintes princípios: cooperativismo; desburocratização; digitalização; empreendedorismo; inclusão social; inovação no setor público; mentalidade inovadora, resiliência e sustentabilidade. Além disso, estabeleceu as seguintes áreas prioritárias: agronegócio, educação, energias renováveis, indústria 4.0, mobilidade e logística, saúde, semicondutores e turismo.

A Pecti é uma regulamentação da Lei Gaúcha de Inovação (Lei Complementar n.º 15.639), servindo como incentivo e oferecendo subsídios para a criação de leis municipais de inovação.



Catálogo de Soluções

O Catálogo de Soluções visa disponibilizar, de forma padronizada, iniciativas para prevenção e mitigação de danos resultantes de desastres climáticos que possam ser utilizadas por municípios gaúchos. As soluções, que buscam ajudar no enfrentamento das mudanças climáticas, foram submetidas por instituições de ensino superior, pesquisadores, empresas, startups, grupos de trabalho, institutos científicos e organizações.

O projeto foi desenvolvido pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (Sict), em parceria com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), a Rede Gaúcha de Ambientes de Inovação (Reginp), a Associação Gaúcha de Startups (AGS), o GovTech Lab, o Sebrae RS e o South Summit Brazil. Cerca de 350 soluções estão disponíveis para consulta no Observatório da Inovação RS. Confira em cutt.ly/CatalogoRS



Atendimento à Juventude por meio do POD

O Estado realiza uma política pública para o atendimento da juventude gaúcha que habita locais de vulnerabilidade. O Programa de Oportunidades e Direitos (POD) é uma parceria do governo, através da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O programa tem como foco a prevenção, ao atender jovens de 14 a 24 anos que vivem em áreas de grande vulnerabilidade e altos índices de criminalidade. Além disso, estimula a qualificação de uma polícia comunitária e cidadã e atua junto à socioeducação, com apoio aos jovens que cumprem medida socioeducativa.

Nos Centros da Juventude (CJ), o público tem acesso a atividades educacionais, como cursos profissionalizantes e de idiomas, além de reforço escolar. O atendimento ocorre por meio dos CJs, localizados em quatro bairros de Porto Alegre (Cruzeiro, Lomba do Pinheiro, Restinga e Rubem



Foto: Giovanni Disegna Ascóm SJCDH

Berta) e nas cidades de Alvorada e Viamão. Dentro do programa, é ofertada a Bolsa Jovem Multiplicador, em que cada um dos seis CJs do Estado tem 80 bolsas simultâneas para distribuir aos integrantes do POD. O auxílio possui o valor de R\$ 598 mensais, por um período de 12 meses, para cada jovem selecionado. No total, o Estado oferta 480 bolsas e, somados os valores do auxílio e os custos para execução do projeto, o governo investe, anualmente, um total de R\$ 18,1 milhões. A SJCDH está aberta para orientar os municípios interessados na implementação de Centros da Juventude no interior do Estado.



Atendimento psicológico e social para mulheres vítimas de violência

O governo do Estado, por meio da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDDH), conta com o Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado (CRM-VAM/RS) para mulheres em situação de violência de gênero. O serviço está situado na Rua Miguel Tostes, 823, Porto Alegre, das 8h30 às 18h.

No local, o atendimento é feito por uma equipe multidisciplinar, a qual oferece apoio psicossocial e encaminhamentos à rede de proteção. Também, conta com o serviço de atendimento via 0800.5410803 e WhatsApp (51) 98151.5249. No mesmo horário, realiza assessoria técnica aos municípios que possuem CRM. Os municípios podem solicitar mais informações para o e-mail: dpm@justica.rs.gov.br



Capacitações Sipia-CT

Para qualificar o atendimento às crianças e aos adolescentes do Rio Grande do Sul, o governo do Estado tornou a capacitação dos municípios sobre o Sistema de Informações para Infância e Adolescência — módulo Conselho Tutelar (Sipia-CT) um projeto estratégico. Trata-se de uma plataforma digital unificada para todo o Brasil, na qual Conselheiras e Conselheiros Tutelares registram, acompanham e tramitam os atendimentos realizados no âmbito de seus Conselhos Tutelares. Por meio dele, é possível requisitar à rede de atendimento os serviços públicos necessários para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Os municípios interessados terão que indicar um(a) funcionário(a) para ser coordenador(a) técnico(a) municipal que participará das capacitações. As solicitações de participação são recebidas pelo e-mail: sipiars@justica.rs.gov.br



Prevenção e combate ao trabalho análogo à escravidão

O Estado possui a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-RS), a qual foi criada pelo Decreto Estadual nº 49.123, de 18 de maio de 2012, sendo parte do movimento de descentralização da responsabilidade de execução da política de prevenção e combate ao trabalho escravo para os entes federados. A comissão possui em sua composição representantes do Estado e da sociedade civil com atuação relevante na temática. A sua principal missão é elaborar planos, metas e ações preventivas ao trabalho análogo ao escravo.

O trabalho com os municípios consiste na orientação sobre prevenção e no atendimento às vítimas no pós-resgate, garantindo a aplicação dos fluxos estadual e nacional de atendimento. A SJCDH também fornece

formações para agentes públicos e sociedade civil sobre a temática do trabalho escravo, bem como consultoria para a construção de políticas públicas locais de enfrentamento ao trabalho escravo.



Migrantes, Refugiados e Apátridas

O Estado possui o Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul, instituído no ano de 2012. O grupo tem a atribuição de monitorar e trabalhar para o desenvolvimento da política estadual migratória. A coordenação é realizada pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

Para participar das reuniões do Comitê, é necessário solicitar acesso ao colegiado por meio do e-mail: comirat@justica.rs.gov.br. Além disso, a SJCDH oferece formações sobre a política migratória e os direitos dos migrantes e

presta consultoria para municípios interessados na construção de políticas públicas voltadas à população migrante, refugiada e apátrida.



Suporte para os defensores de Direitos Humanos

O governo do Estado conta com o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas do Rio Grande do Sul, que atua no atendimento e acompanhamento dos casos de risco e de ameaça a defensores de direitos humanos, comunicadores sociais e ambientalistas. O programa trabalha na articulação de medidas protetivas para pessoas que tenham seus direitos violados ou ameaçados em decorrência de sua reconhecida atuação na promoção, ou na proteção dos direitos humanos.



Atendimento a crianças e adolescentes ameaçados de morte

O Estado possui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), com ênfase na proteção integral e na convivência familiar. Conta com equipes estaduais e o Núcleo Técnico Federal, que atua nos casos de transferência e nos estados onde o programa ainda não foi implementado.

A execução do Programa e o atendimento dos casos são efetuados pela Rede Calábria. Ele possui um Conselho Gestor, composto por órgãos governamentais e não governamentais. Os protegidos são crianças, adolescentes e seus familiares e jovens maiores de 18 anos e menores de 21 anos, egressos do sistema socioeducativo. O encaminhamento para avaliação deverá ser feito para o Ministério

Público, por um dos seguintes órgãos solicitantes: Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário.



Proteção a testemunhas ameaçadas

O Estado conta com o Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas (Protege), que foi instituído pelo Decreto nº 40.027, de 2000, e tem como finalidade assegurar a integridade física, psicológica e a segurança das testemunhas, bem como de seus familiares, que estejam sendo coagidas ou expostas à grave ameaça.

Essa ameaça ocorre em razão de terem presenciado ou indiretamente tomado conhecimento de atos criminosos, e detenham informações necessárias às investigações e desejem colaborar com as autoridades competentes e/ou com o processo judicial.

Solicitações devem ser encaminhadas para o e-mail protege@justica.rs.gov.br contendo as seguintes informações: qualificação da pessoa que requer proteção; breve relato da situação motivadora da ameaça ou coação; descrição da ameaça ou coação sofrida; informações sobre antecedentes criminais e vida pregressa da testemunha; e informações sobre eventuais inquéritos ou processos judiciais em curso em que faça parte a pessoa que requer a proteção.



Qualificação do atendimento público **para a comunidade LGBTQIAPN+**

O governo do Estado realiza uma série de capacitações para qualificar o atendimento ao público no interior, através dos Seminários RS Diversidade, que acontecem mensalmente. A ação é promovida pelo Departamento de

Diversidade e Inclusão da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH).

A iniciativa busca sensibilizar e informar servidores públicos que atuam nas áreas da segurança, educação e saúde a respeito do atendimento, da abordagem e do tratamento adequado à população LGBTQIAPN+ no momento de acesso aos serviços essenciais.

O letramento é realizado pelos gestores da política em conjunto com o Conselho Estadual LGBT, sendo uma das ações do eixo “Políticas Transversais” do Programa RS Diversidade. Os municípios interessados em levar a capacitação do Seminário RS Diversidade para suas cidades podem fazer sua solicitação pelo e-mail diversidadesesexual@justica.rs.gov.br



Cultura de paz e diálogo religioso

Com o fim de promover um espaço de diálogo entre as diversas religiões professadas pelos gaúchos, o governo coordena o Fórum de

Convivência Inter-religiosa do Estado do Rio Grande do Sul (Convir-RS), cujo propósito é promover uma cultura de paz, de diálogo e de entendimento, bem como fortalecer a cidadania e o respeito aos direitos humanos. Trata-se de um fórum aberto e plural para a participação de lideranças religiosas das diversas tradições presentes no Estado.

Os membros do Convir-RS são comprometidos com os valores do diálogo, da convivência pacífica, do respeito, da fraternidade e da dignidade da pessoa. Reúnem-se toda última terça-feira de cada mês, em reuniões itinerantes. A visita aos ambientes das diferentes tradições otimiza a integração e o respeito às diferenças. As lideranças religiosas interessadas na promoção do diálogo inter-religioso podem solicitar as inscrições por meio do e-mail convir-rs@justica.rs.gov.br



Utilização da plataforma **Procon RS Digital**

O Departamento de Defesa do Consumidor (Procon RS) possui ferramenta digital para o protocolo de documentos e solicitações, cujo objetivo é proporcionar maior segurança, celeridade e transparência à população. Os consumidores e fornecedores gaúchos poderão protocolar os processos digitalmente, por meio do site do Procon RS. A ação faz parte do projeto Procon RS Digital, que visa modernizar e agilizar o atendimento ofertado para toda a sociedade.

Podem ser protocolados, na plataforma, documentos e solicitações referentes a Processo Administrativo Sancionador, Averiguação Preliminar, Denúncia/Fiscalização, Reclamação, Ofícios, Certidão Negativa de Violação dos Direitos do Consumidor, entre outras solicitações, como, por exemplo, de cópias. Os Procons Municipais interessados poderão realizar juntamente ao Procon RS um Termo de Colaboração e, assim, utilizar a ferramenta. Para fazer uso da plataforma, os municípios terão que contatar o Procon RS por meio do e-mail procon@justica.rs.gov.br. Após, será firmado o Termo de Colaboração entre as partes.



Municipalização dos Procons RS

O Departamento de Defesa do Consumidor (Procon RS) trabalha ativamente para incentivar a criação de Procons municipais no Estado. Para isso colaborar no processo, está disponível no site do Departamento a minuta de criação. Além disso, está previsto para este ano um projeto de municipalização que possibilitará o repasse de recursos do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (Fecon) para o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, para os municípios com Procons recém-criados por lei e que estejam em funcionamento. O projeto está em análise, deliberação e votação do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (Cedecon) e será divulgado tão logo seja aprovado.

Também está em análise da Cedecon a destinação de recursos do Fecon para modernização de Procons Municipais já existentes. Quando aprovado, será devidamente divulgado. Assim que os projetos forem aprovados, a forma de adesão será devidamente divulgada. Qualquer dúvida, entre em contato pelo e-mail: procon@justica.rs.gov.br



Construção de acessos asfálticos

Desde 2019, o Rio Grande do Sul vive uma transformação nos acessos municipais. De um cenário no qual 62 municípios ainda estavam desconectados por vias asfaltadas, a Secretaria de Logística e Transportes já entregou 24 novas ligações pavimentadas. No começo de 2025, são 19 acessos em obra, 8 por começar e 11 em fase de projeto. Apesar dos desafios, como o maior evento meteorológico já enfrentado no Rio Grande do Sul, o governo entregou sete acessos em 2024: Cruzaltense, Mariano Moro, Centenário, Montauri, Lagoa Bonita do Sul, Pinheirinho do Vale e Pinhal Grande.

Com um total de R\$ 631,3 milhões investidos, dentro do Programa Avançar, desde 2021, a meta de zerar os municípios sem asfalto está cada vez mais próxima. Os avanços não se restringem à infraestrutura – há ganhos econômicos e sociais relevantes. Estudos técnicos indicam que os acessos asfálticos inserem os municípios no



Foto: Maurício Tonetto Secom

radar de grandes empreendimentos, além de reduzir custos logísticos e dinamizar o comércio local. Com a pavimentação, diversas cidades já estão construindo ou planejando a criação de distritos industriais.



Construções de **ligações regionais**

Obras de pavimentação de ligações regionais são fundamentais para as regiões em que essas estradas estão inseridas. São iniciativas muito importantes, pois tornam o trânsito mais seguro para os motoristas, mantêm as rodovias em boas condições de trafegabilidade e também são essenciais para movimentar a economia e escoar a produção dos municípios. Dentro do Programa Avançar, desde 2021, foram investidos mais de R\$ 700 milhões em ligações regionais.

atingiram o Estado. No total, foram destinados R\$ 57,2 milhões, os quais serão destinados para obras de infraestrutura em Cerro Grande, Dilermando de Aguiar, Dois Lajeados, Gramado, Gravataí, Marau, Marcelino Ramos e Rolante. O município deve encaminhar um ofício à Secretaria de Logística e Transportes (Selt) ou ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) solicitando celebrar um convênio com o Estado, visando realizar uma referida obra na rodovia que é considerada importante.



Convênios **com municípios**

Uma das marcas do governo do Estado é a parceria com os municípios por meio de convênios com as prefeituras. Um exemplo foi a assinatura, em 2024, com oito municípios que enfrentaram problemas devido às enchentes que



Governança Climática Multinível

A Governança Climática Multinível é uma ação estruturante do ProClima 2050, a qual visa apoiar os municípios gaúchos na construção e implementação de iniciativas locais para mitigação e adaptação aos impactos das mudanças climáticas. Até o momento, 494 dos 497 municípios gaúchos já possuem comissões municipais sobre mudanças climáticas, instituídas por decreto ou portaria. Essas comissões são a base para a adesão ao Roadmap Climático, uma ferramenta de diagnóstico que permite aos municípios coletar e analisar dados sobre os impactos climáticos locais e as ações em curso. O Roadmap também orienta as ações de adaptação e mitigação dentro do contexto da Governança Climática Multinível.

Após a criação da comissão municipal, o município deve se cadastrar no site do ProClima 2050 para garantir a adesão ao

Roadmap. A assessoria do Clima da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema) coordena todo o processo e oferece suporte aos municípios.



Melhores Amigos

O Programa Melhores Amigos tem como finalidade o repasse de recursos aos municípios para a castração de cães e gatos em situação de abandono ou tutelados por famílias em situação de vulnerabilidade social e risco social. O objetivo é promover o controle populacional de animais e melhorar as condições de vida desses animais e de suas famílias.

O público-alvo são animais em situação de abandono e cães e gatos tutelados por famílias em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa atende a uma demanda histórica dos defensores da causa animal, buscando impactar positivamente as comunidades em risco.

A coordenação do programa é feita pela Sema, por meio da Divisão de Políticas Públicas para Animais. Desde sua implementação, o Melhores Amigos firmou convênios com mais de 300 municípios gaúchos, repassando R\$ 13,6 milhões para a realização de castrações. Os municípios interessados em manter os convênios já firmados podem enviar um ofício manifestando interesse para o e-mail gabinete@sema.rs.gov.br



Escritório de Projetos de Restabelecimento e Reconstrução

Criado em 2023, o Escritório de Projetos de Restabelecimento e Reconstrução (EP2R) é composto por 14 órgãos governamentais e tem como propósito prestar apoio técnico para facilitar o acesso aos recursos federais para restabelecimento e reconstrução dos locais afetados por eventos meteorológicos no Rio Grande do Sul.

Presidido pela SPGG e supervisionado pelos gabinetes do governador e do vice-governador, o EP2R trabalha no levantamento, na compilação de dados e na organização das informações em planos de trabalho a serem cadastrados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID). Com essa estrutura, o EP2R visa promover uma resposta coordenada e eficiente para a recuperação de áreas impactadas por desastres climáticos no Rio Grande do Sul. Todos os municípios podem solicitar apoio do Escritório – o contato pode ser feito pelo e-mail ep2r@spgg.rs.gov.br



Foto: João Vitor Borba



Iconicidades

Desenvolvido pelo Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP) e vinculado à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), o projeto Iconicidades busca tornar as cidades gaúchas mais empreendedoras, inovadoras e criativas. A proposta é identificar e transformar arquiteturas emblemáticas em todo o Rio Grande do Sul, atribuindo a elas novos significados, promovendo a inovação e a economia baseada no capital intelectual, e contribuindo para a criação de ecossistemas criativos que fomentem novos empreendimentos.

Na primeira fase do Iconicidades, voltada a municípios com pelo menos 100 mil habitantes, cinco foram indicados em seleção realizada por meio de critérios técnicos definidos por júri multidisciplinar: Cachoeirinha, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e São Leopoldo.

Na segunda, cada município classificado teve sua proposta transformada em objeto de um concurso público de arquitetura para elaboração de projetos, aberto a profissionais de todo o país, de modo que ficaram definidos o Complexo Casa da Feitoria/Museu do Imigrante em São Leopoldo; o Ecoparque Turístico Molhes da Barra em Rio Grande; o Centro de Gastronomia em Pelotas, o Centro de Inovação e Economia Criativa em Santa Maria e o Complexo Casa de Cultura em Cachoeirinha. Após serem concluídos e aprovados pelo Executivo estadual, os projetos completos são repassados aos municípios via convênio. As prefeituras assumem a responsabilidade de executar as obras e implementar as iniciativas planejadas para cada local.

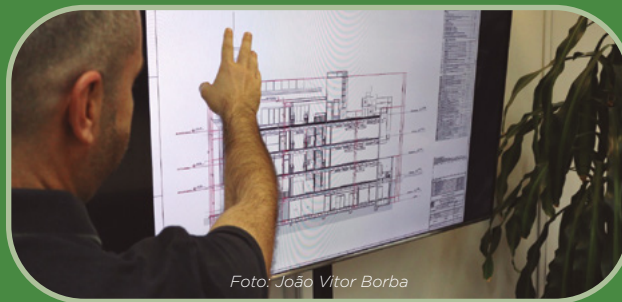


Foto: João Vitor Borba



Foto: Daniele Machado



Interiorização do Tudo Fácil

Após mais de 20 anos com unidades na capital dos gaúchos, o governo do Estado, sob liderança da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), deu início em 2021 à estratégia de interiorização do Tudo Fácil. A expansão da Central de Serviços ao Cidadão teve o objetivo de modernizar e desburocratizar processos para o maior número de cidadãos, além de promover a inclusão social e digital.

Em parceria com a iniciativa privada e prefeituras para a oferta de serviços, o Tudo Fácil chega a 2025 com unidades instaladas nas cidades de Caxias do Sul, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria, além das três situadas em Porto Alegre (Centro, Zona Sul e Zona Norte). Para o segundo semestre do ano, está prevista a inauguração da unidade de Gravataí, na Região Metropolitana, e também de uma unidade móvel.



Chamamento aos municípios

O governo do Estado recebeu, após promover um chamamento público de 30 de julho a 27 de setembro de 2024, 753 propostas de 125 municípios gaúchos para integrarem o Plano Rio Grande, programa de reconstrução, adaptação e resiliência climática do Rio Grande do Sul. O Plano propõe medidas para atenuar os impactos causados pelas enchentes que assolaram o Estado em 2024.

O levantamento, concluído no começo de outubro, é da Secretaria da Reconstrução Gaúcha (Serg), pasta responsável por coordenar as ações e os projetos do Plano. Conforme a primeira análise, as iniciativas somam um montante estimado pelos municípios de R\$ 4,6 bilhões, com valor médio de R\$ 6,1 milhões por proposta. As demandas seguem em avaliação e são observadas a viabilidade técnica, a maturidade do projeto e a aderência ao tema da reconstrução do Estado.



Concessão de rodovias do Bloco 2

O Estado lançou a modelagem da concessão de rodovias do Bloco 2, localizadas no Vale do Taquari e na região norte do Estado. Os investimentos previstos para qualificar as sete estradas que compõem o bloco (ERS-128, ERS-129, ERS-130, ERS-135, ERS-324, RSC-453 e BR-470) serão de R\$ 6,7 bilhões, em 30 anos de concessão com a iniciativa privada. O processo de concessão se encontra agora na fase de consulta pública, a qual se estende até o mês de fevereiro.

O Bloco 2 abrange 32 municípios gaúchos (17,5% da população) e tem um total de 414,91 quilômetros de extensão. A concessão prevê a duplicação de 244 quilômetros e a implementação de 101 quilômetros de terceiras faixas para ampliar a fluidez e a segurança das estradas da região, uma das mais afetadas pelas recentes inundações.

Duplicação da RSC-287

As obras de duplicação da RSC-287, um dos principais eixos de ligação da Grande Porto Alegre ao Centro do Estado, começaram em novembro de 2024, em Santa Cruz do Sul. A RSC-287, trecho de 204,5 quilômetros de extensão, entre Tabaí e Santa Maria, é uma rodovia estadual administrada pela concessionária Rota de Santa Maria (Grupo Sacyr). A concessão de 30 anos, iniciada em agosto de 2021, prevê a duplicação de todo

o trecho, nos dois sentidos de tráfego, com investimentos que devem superar os R\$ 3,6 bilhões, beneficiando mais de dez municípios.

A duplicação da rodovia se inicia em dois pontos: no km 28 (até o km 30), em Tabaí, e no km 101 (até o km 105), em Santa Cruz do Sul. Os dois trechos devem ser concluídos em agosto de 2025, conforme a concessionária. O cronograma de obras atende a requisitos técnicos previstos no contrato da concessão e estabelece que 63%, ou 128 quilômetros, devem estar duplicados até o nono ano de concessão, contemplando todo o trecho de Tabaí a Candelária.



Foto: Maurício Tonetto/Secom



Mais tempo para pagar o pedágio Free flow

Desde outubro de 2024, os condutores que circulam nas rodovias do Bloco 3, localizadas no Vale do Caí e na Serra Gaúcha, passaram a ter mais tempo para efetuar o pagamento do pedágio eletrônico nos pórticos de Free flow. A mudança, que amplia de 15 para 30 dias o prazo para pagar a tarifa, foi publicada no Diário Oficial da União, mediante a aprovação da Resolução nº 1013/2024, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

As cobranças eletrônicas no sistema de livre passagem (Free flow) estão localizadas em seis pontos de três rodovias estaduais, todas administradas pela concessionária Caminhos da Serra Gaúcha (CSG). Os condutores que circulam nessas rodovias podem pagar a tarifa por meio da tag, pelo aplicativo CSG FreeFlow, pelo site ou nas nove bases de atendimento ao cliente da CSG (ERS-122, RSC-453 e ERS-240).



Qualifica Vigilância RS

O Programa de Incentivo à Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde, da Secretaria da Saúde (SES), tem o objetivo de induzir a qualificação e o fortalecimento das ações de promoção e proteção da saúde e prevenção de doenças e agravos, por meio de repasse de recursos financeiros aos municípios, de acordo com o desempenho obtido e avaliado em relação à realização de ações e atingimento de metas estabelecidas.

6 temáticas:

- Sistemas de Informação em Saúde (SIS);
- Dengue e Outras Arboviroses;
- Emergências em Saúde Pública;
- Imunizações;
- Qualidade da água para consumo humano;
- Processos de trabalho e educação em Vigilância em Saúde.



Projeto **Imuniza Escola RS**

O projeto busca fortalecer as ações que integram as áreas da saúde e educação no enfrentamento das vulnerabilidades. Para dar materialidade a essa parceria – saúde e educação –, foi implantado o Programa Imuniza Escola RS com o propósito de resgatar as altas coberturas vacinais de crianças e adolescentes, sensibilizando e mobilizando escolas e equipes de saúde para promover a vacinação:

- Resgatar as altas coberturas vacinais de crianças e adolescentes; linkage de bancos de dados, cruzando os sistemas de informação da saúde e educação.
- Painel de BI público para acompanhamento das coberturas de vacinação.
- Relatório gerado por escola.
- Implementar ações de imunizações na parceria entre saúde e educação.
- 1ª etapa: vacinação contra HPV em 100% das escolas públicas estaduais.

- 2ª etapa: monitoramento de todas as vacinas do calendário básico infantil e do adolescente; adesão dos municípios com a liberação dos sistemas de matrículas das escolas públicas municipais atingindo 85% do público-alvo.



Assistência **Farmacêutica RS**

É um conjunto de ações da Secretaria da Saúde (SES) voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao acesso e ao seu uso racional. O acesso a medicamentos no Sistema Único de Saúde (SUS) está organizado em três componentes, consolidados na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename).

Em caráter complementar, o Estado financia e disponibiliza um elenco de medicamentos e dietoterápicos especiais para tratamento

de doenças de prevalência no Estado, não contemplados nas políticas nacionais do SUS.



Farmácia Digital RS

A plataforma Farmácia Digital RS possibilita ao usuário efetuar solicitação e renovação on-line do seu tratamento com medicamentos ou dietoterápicos fornecidos administrativamente pelo Estado. Disponibiliza, também, a lista de medicamentos fornecidos pelo Estado, a localização das farmácias e o acompanhamento dos tratamentos deferidos. A partir de fevereiro de 2025, com a nova versão da plataforma, será possível a solicitação digital também para menores de 18 anos, viabilizando a solicitação administrativa por todos os usuários.



Farmácia vai à Escola

As secretarias da Saúde e da Educação realizam, anualmente, uma campanha pelo uso racional de medicamentos em escolas públicas, desenvolvendo atividades educativas de temáticas específicas com professores e estudantes, e apoio de profissionais da saúde, culminando em um concurso artístico.

O objetivo da campanha é sensibilizar para o uso racional de medicamentos, disseminando o conhecimento adquirido em toda comunidade. A última edição contou com a adesão de 656 escolas de todo o Estado, com alunos de todos os níveis escolares, sendo recebidos 792 trabalhos artísticos e premiados 44 alunos, 36 professores e 22 profissionais da saúde.



Serviço de **Atendimento Móvel de Urgência** (Samu 192)

Componente assistencial móvel da Rede de Atenção às Urgências, que tem como finalidade chegar precocemente à vítima após ter ocorrido um agravo à sua saúde que possa levar a sofrimento, sequelas ou mesmo à morte, mediante o envio de veículos tripulados por equipe capacitada, acessado pelo número 192 e acionado por uma Central de Regulação das Urgências. O Estado conta com 164 bases Samu 192, cuja região pactuada de atendimento totaliza 293 municípios, abrangendo 91% da população gaúcha. É destinado à população em geral que necessite de atendimento de emergência relacionada a situações de saúde, acidentes e outros eventos que precisem de assistência imediata.



Central Estadual **de Transplantes** (CET)

O Sistema Estadual de Transplantes do Rio Grande do Sul é composto pela Central Estadual de Transplantes (CET/RS), Organizações de Procura de Órgãos (OPO), Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes (CIHDOTT), estabelecimentos notificantes, transplantadores e equipes de transplantes. A CET organiza a rede de procura e doação de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano, garantindo a notificação de morte, avaliação e acompanhamento de doadores e famílias, conforme as normas do Sistema Nacional de Transplantes (SNT).

Principais ações:

- Cursos para área técnica – Educação Permanente – OPOs e CIDDOTTs.
- Campanha permanente no Estado do RS – O Amor Vive.

- Implantação de um sistema informatizado (GEDOTT), sendo pioneiro no Brasil, possibilitando maior agilidade, segurança e confiabilidade do processo.
- Maior transplantador de pulmão e rim no Brasil e referência para transplantes pediátricos de rim e fígado.



Central Estadual de Autorizações de **Procedimentos e Internações**

A Central Estadual de Autorizações de Procedimentos e Internações (CEA) foi criada em 2024 para aprimorar o processo de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade (Apac) no Estado, por meio do Sistema para Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade (Gerpac). O sistema tem por propósito gerenciar a Apac, incluindo os processos de solicitação, informação, execução e

autorização. Entre as vantagens, estão controle, avaliação e transparência dos procedimentos de alta complexidade, otimização do processo de autorização e pagamento, distribuição automática das numerações de Apac e integração com os sistemas oficiais de Regulação Gercon e Gerint. Foi implantado em agosto de 2024 como projeto-piloto no Hospital São Vicente de Paulo, em Passo Fundo.



Central de **Regulação Hospitalar**

A Central de Regulação Hospitalar (CRH), parte integrante do Departamento de Regulação, destaca-se como unidade operacional na regulação do acesso aos serviços hospitalares e, inclusive, na regulação de transferências de urgência. A equipe coordena todas as transferências inter-hospitalares para casos de continuidade de tratamento e investigação diagnóstica.



Rede de Apoio à Doação de Sangue

Criada em 2021, a Rede de Apoio à Doação de Sangue tem a finalidade de diminuir as distâncias percorridas pelos doadores de sangue.

A iniciativa se caracteriza pela cooperação entre Hemocentro, Secretarias Municipais de Saúde ou Hospital para a realização de doações de sangue regulares, principalmente nos municípios que não possuem serviços que fazem esses procedimentos. Atualmente, são 11 locais de doação de sangue implantados, e a meta é chegar a 32.



Programa Estadual de Incentivos para a Atenção Primária à Saúde

O Programa Estadual de Incentivos para a Atenção Primária à Saúde (Piaps) consiste no repasse de recursos financeiros aos municípios. O objetivo é a manutenção e estruturação (custeio e investimento) dos respectivos serviços e ações de saúde que fortaleçam e qualifiquem o processo de trabalho da Atenção Primária à Saúde (APS) no âmbito municipal. O Piaps prevê recursos financeiros por componentes: sociodemográfico, equipes da APS (indicadores), Promoção da Equidade em Saúde, Primeira Infância Melhor e qualificação da Atenção Primária à Saúde (RBC/RS).



Rede Bem Cuidar RS

A Rede Bem Cuidar RS (RBC/RS) integra o Piaps, sendo uma proposta de colaboração entre as gestões estadual e municipal, os trabalhadores da saúde e a população. O propósito do programa é incentivar a melhoria e o fortalecimento dos serviços de APS oferecidos à população gaúcha, de forma dialogada com a comunidade. Atualmente, são 605 equipes RBC nos 495 municípios do RS. A previsão é de 100 novas equipes em 2025.



Primeira Infância Melhor (PIM)

O programa Primeira Infância Melhor (PIM) é uma política pública intersetorial de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância. O objetivo é apoiar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, na promoção do

desenvolvimento integral das crianças, desde a gestação até os seis anos de idade. Suas ações buscam fortalecer as competências familiares nas funções de cuidado, proteção e educação da criança, fomentar o acesso à atenção básica em saúde, à proteção social básica e à educação, e promover o desenvolvimento integral na primeira infância. Atualmente, são 488 municípios habilitados ao PIM e 1.726 visitantes ativos, atendendo 29.805 gestantes e crianças.



TEAcolhe

O Programa TEAcolhe tem a finalidade de promover o atendimento às necessidades específicas das pessoas com autismo, visando ao desenvolvimento pessoal, à inclusão social, à cidadania e ao apoio às suas famílias. Os Centros de Referência em TEA são pontos de articulação das redes, tendo a atribuição de fortalecer e qualificar a rede instalada. Já os Centros de Atendimento têm o objetivo de ampliar a oferta

de atendimento em saúde para pessoas com autismo e suas famílias.

Atualmente, são cinco Centros Macrorregionais de Referência, 29 Centros Regionais de Referência e 51 Centros de Atendimento em Saúde habilitados. Para 2025, serão habilitados mais 30 Centros de Atendimento em Saúde, com possibilidade de ampliação, conforme necessidade apresentada.



PrevineRS

O Programa PrevineRS tem o propósito de responder à complexa situação epidemiológica de alta prevalência de IST, HIV/Aids no Rio Grande do Sul. Estão habilitados 24 Centros Regionalizados de Atenção Integral e Prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), HIV/Aids e Coinfecções (CRAIP), e o objetivo é ampliar para 30 serviços em 2025. Além disso,

cinco municípios têm Certificação Estadual da Eliminação da Transmissão Vertical do HIV e/ou Sífilis e os Selos de Boas Práticas para a Eliminação da Transmissão Vertical do HIV e/ou da Sífilis.



SERmulher - Serviço Especializado de Saúde da Mulher

O SERmulher é um serviço da Secretaria da Saúde (SES) de retaguarda da APS, que tem por finalidade o atendimento qualificado e especializado de mulheres, oferecendo-lhes cuidado integral. O programa visa proporcionar acesso regulado a consultas com especialistas, a exames e procedimentos ambulatoriais nas linhas de cuidado: colo do útero, mama, endometriose/miomatose, planejamento reprodutivo e climatério.



Programa **Assistir**

O programa Assistir trata da distribuição de incentivos hospitalares e foi instituído pelo Decreto nº 56.015/2021, regulamentado pela Portaria SES nº 537/2021, da Secretaria da Saúde. O incentivo financeiro estadual foi instituído pelo Decreto nº 56.015/2021 e regulamentado pela Portaria nº 537/2021, e destina-se ao fomento de ações e de serviços de saúde nos hospitais contratualizados para prestação de serviços no Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, a nova sistemática tornou mais equânime e racional a distribuição de recursos públicos, buscando a efetiva entrega de serviços para a população.



Rede de Cuidado à Pessoa **Estomizada**

O Estado é responsável pela compra, distribuição do material e seu respectivo monitoramento, bem como pela regulação do acesso, através do Gerenciamento de Usuários com Deficiência (GUD). Está, atualmente, com 12.560 pacientes cadastrados. Os equipamentos disponibilizados pela SES são compostos por 50 tipos de materiais.

O acesso à rede de cuidados à pessoa estomizada se dá a partir da alta hospitalar, com a indicação do serviço de saúde de referência do município para o atendimento à pessoa estomizada, o qual fará o pré-cadastro no sistema GUD, em que é finalizado pela respectiva CRS, dando início à concessão do material.



Avançar Mais na Saúde

O Avançar Mais na Saúde é um plano de investimentos que, até 2024, já destinou R\$ 952,1 milhões para obras e aquisição de equipamentos visando à qualificação da rede hospitalar, da assistência farmacêutica e das Unidades Básicas de Saúde do Rio Grande do Sul. Trata-se do maior investimento já realizado em saúde no Estado nos últimos 20 anos.



Avançar – Rede Hospitalar

Na Rede Hospitalar, o programa visa à ampliação e qualificação do acesso aos serviços de saúde em áreas prioritárias, expansão da rede de diagnóstico, facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde, evitando deslocamento desnecessário de pacientes para exames, assistência e tratamento, com um atendimento

mais eficiente e acessível. Já foi disponibilizado, entre 2021 e 2024, um montante de R\$ 689,1 milhões. Para ter acesso aos recursos, basta entrar em contato com a área de Gestão de Recursos/SES e, também, realizar o Cadastro de Demandas de Transferência Voluntária (CDTV).



Avançar – Hospitais com até 50 leitos

A destinação dos recursos abrangidos por esse Programa tem o intuito de viabilizar a obtenção de alvarás sanitários de hospital e/ou qualificar a estrutura física e de equipamentos que ampliarão o acesso aos usuários do SUS em gargalos importantes, através da modernização de sua estrutura. Já foram contemplados 69 municípios, com um montante de R\$ 41 milhões. O limite é de R\$ 750 mil por estabelecimento. Para ter acesso aos recursos, basta realizar o Cadastro de Demandas de Transferência Voluntária (CDTV).



Foto: Ascom SES



Avançar – Rede Bem Cuidar RS

Na Atenção Primária à Saúde, o programa Avançar investe na ampliação ou reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS), visando à qualificação da Rede Bem Cuidar RS. Já são 344

obras: 239 ampliações e 105 reformas. A previsão para 2025/2026 é disponibilizar para 151 novos projetos.



Avançar – Farmácia Cuidar+

O programa Farmácia Cuidar+ tem os propósitos de ampliar, qualificar e promover os serviços farmacêuticos clínicos nas Farmácias de Medicamentos Especiais nos municípios do Rio Grande do Sul. Foram repassados R\$ 39,45 milhões aos municípios para qualificação dos eixos estrutura, identidade visual e cuidado farmacêutico das farmácias de medicamentos especiais. Ao todo, 446 municípios aderiram ao programa e devem ofertar serviços clínicos farmacêuticos com regularidade aos usuários de medicamentos para asma e DPOC.



Programa de Incentivo ao **Aparelhamento da Segurança Pública**

A lei de incentivo à segurança pública já é uma realidade no Rio Grande do Sul. O Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública (Piseg) é executado desde 2019 e já arrecadou mais de R\$ 203 milhões. O programa conta, até o momento, com a participação de 948 empresas em 233 municípios, tendo como objetivo possibilitar às empresas estabelecidas no Rio Grande do Sul a compensação de valores destinados ao aparelhamento da segurança pública com valores correspondentes ao ICMS a recolher, verificado no mesmo período de apuração dos repasses. Pelo decreto, empresários podem destinar parte do que devem em ICMS para o combate à violência em suas comunidades.

Com a captação de recursos junto à iniciativa privada, o governo do Estado visa aumentar, sobremaneira, os investimentos para as polícias e demais órgãos de segurança pública, com

a compra de diversos equipamentos. Ao longo desses seis anos, o Piseg já entregou 276 viaturas, 11 botes, 1.986 armas, 595 EPIs, 37 rádios, 24 equipamentos de informática e seis veículos aéreos não tripulados. É a comunidade contribuindo diretamente para o reaparelhamento das corporações da segurança pública do nosso Estado.



Foto: Gabriel Centeno/SSP



Sistema de Segurança Integrada com os Municípios

O Sistema de Segurança Integrada com os Municípios (SIM) foi criado para agregar as diferentes esferas de segurança pública, unificando esforços, permitindo a troca de informações e a integração das tecnologias atuais e futuras entre Estado e municípios. A adesão ao SIM é o processo inicial, sem custos, que disponibiliza aos municípios os subprodutos, através de Termo de Cooperação, garantindo assim a interligação entre o Sistema de Segurança Pública Estadual e Municipal.

O município, para aderir ao SIM, deverá observar as seguintes providências:

- a)** encaminhamento de manifestação formal através de ofício, indicando o interesse em aderir ao SIM, constando o e-mail institucional para envio da minuta do Termo de Cooperação;
- b)** preenchimento dos dados do município e

do prefeito, com restituição ao email sim@ssp.rs.gov.br, do Termo de Adesão ao Termo de Cooperação (assinado pelo Prefeito de forma digital ou física). Encaminhar em anexo cópia de documento de identificação e ata de posse;

- c)** o Comitê SIM/SSP providenciará as demais formalidades e publicação em DOE.



Política de Trabalho Prisional

O projeto caracteriza-se pela contratação de mão de obra competitiva e com grande relevância social, via convênio entre Estado e municípios, por meio da Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS). O intuito é promover a utilização de presos em trabalhos que beneficiam os municípios, como na construção de infraestrutura pública, limpeza urbana e manutenção de espaços públicos. A iniciativa pode proporcionar um custo-benefício significativo às prefeituras, as quais podem contar com a mão de obra para diversas tarefas.

Para a utilização da mão de obra prisional, os municípios devem estabelecer parceria com o Estado por meio do encaminhamento de carta-proposta, cópia da ata de posse do prefeito e documento de identificação com CPF do prefeito. Para mais informações, enviar e-mail ao Departamento de Políticas Penais ou ao Departamento de Tratamento Penal: dpp@ssps.rs.gov.br e trabalhoprisional@susepe.rs.gov.br



Política de **Saúde Prisional** (implantação de UBS)

O projeto visa à implantação de uma Unidade Básica de Saúde dentro do estabelecimento prisional, evitando o deslocamento das pessoas presas às unidades de saúde do território. A habilitação ocorre na esfera federal e estadual, a qual o município receberá recurso financeiro, tanto do Ministério da Saúde como da Secretaria Estadual da Saúde (SES). Para adesão, entre em contato nos seguintes e-mails: dpp@ssps.rs.gov.br e ntp-saudeprisional@susepe.rs.gov.br



Revitalização de **Unidades Básicas de Saúde**

O programa de Revitalização de Unidades Básicas de Saúde, por meio do trabalho de pessoas privadas de liberdade, tem a finalidade de melhorar e revitalizar a estrutura dos espaços físicos das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como promover o acesso ao trabalho e à reintegração social de pessoas privadas de liberdade. A iniciativa permite que os municípios recuperem ou conservem equipamentos de saúde no território com o apoio da mão de obra de apenados.

Por meio da adesão ao programa, os municípios contarão com repasse financeiro do Ministério da Saúde no valor de R\$ 30 mil por unidade revitalizada em um período de 12 meses. A ação deve ser intersetorial, com o gestor de saúde do município, com a Polícia Penal e com a Secretaria Estadual de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS). A Secretaria da Saúde

(SES) tem como função apoiar e promover a interlocução entre os vários setores, garantindo a implementação e a efetivação do programa, juntamente ao Ministério da Saúde. Contato pelos seguintes e-mails: dpp@ssps.rs.gov.br e ntp-saudeprisonal@susepe.rs.gov.br



Centrais de Alternativas Penais

Por meio do termo de cooperação entre a Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS) e o Judiciário, implantam-se as Centrais de Alternativas Penais (CIAPs), que visam abrigar as atividades de acolhimento, acompanhamento, orientação e registro das atividades inerentes ao cumprimento das penas restritivas de direito, transação penal e suspensão condicional do processo; suspensão condicional da pena privativa de liberdade; conciliação, mediação e técnicas de justiça restaurativa; medidas cautelares diversas da prisão; e medidas protetivas de urgência para homens autores de violência contra as mulheres.

Os municípios podem aderir por meio de parcerias, disponibilizando vagas de trabalho para as pessoas que cumprirem as medidas alternativas, ofertando técnicos efetivos especializados para dar palestras. Contato para orientações pelo e-mail dpp@ssps.rs.gov.br ou com as CIAPs já em funcionamento: Pelotas: 5dpr@susepe.rs.gov.br Caxias do Sul: 7dpr@susepe.rs.gov.br Porto Alegre: 7dpr@susepe.rs.gov.br e Novo Hamburgo: 1dpr@susepe.rs.gov.br



Foto: Judy Wroblewski



Escritórios Sociais

O projeto Escritórios Sociais (ES) tem por objetivo estabelecer fluxos, procedimentos, critérios e prioridades para a implantação da metodologia e aparelhamento do programa no Estado, por intermédio da Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS), com a interveniência da Polícia Penal, para a prestação de Serviços de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional. O público-alvo são pré-egressos, egressos e familiares dos egressos com o propósito de reinserção na sociedade. Destaca-se a importância da articulação com a rede socioassistencial, educação, trabalho e renda, saúde, entre outras.

Com a adesão ao programa, os municípios contarão com repasses financeiros do Ministério da Justiça no valor de R\$ 500 mil, sendo executados pela Secretaria Nacional de Políticas Penitenciárias (Senappen). A prefeitura poderá ofertar espaços para a prestação de serviços,

disponibilizando prédios públicos municipais que possam ser utilizados para a implantação dos Escritórios Sociais de seus municípios.



Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

Entidade civil de direito privado com personalidade jurídica própria, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) é dedicada à recuperação e à reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. Opera como entidade auxiliar dos Poderes Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade.

Por meio de termo de cooperação, é possível realizar a implantação e a consolidação do método adotado pela Apac nas comarcas gaúchas como política pública para o

cumprimento das penas privativas de liberdade no Rio Grande do Sul.

A prefeitura pode disponibilizar prédios públicos municipais que possam ser utilizados para a implantação do método Apac e disponibilizar técnicos da área da saúde, educação e assistência social para efetuarem palestras em sua especialidade e promover parcerias para o trabalho prisional.

As parcerias entre as Apacs e a prefeitura podem ser firmadas visando à mão de obra prisional e serviços. Informações pelo site da FBAC (<https://fbac.org.br/>) ou contato pelo e-mail das Apacs já em funcionamento: Porto Alegre (apacpartenon@gmail.com), Passo Fundo (apacpassofundo@hotmail.com) e Pelotas (pelotasapac@gmail.com).



Primeira Infância no Contexto Prisional

O projeto Primeira Infância no Contexto Prisional é uma medida essencial para a proteção dos direitos das crianças e para a melhoria das condições de vida, além de ter implicações profundas na redução da violência, do fortalecimento das políticas públicas de apoio à família e ao desenvolvimento infantil, sempre em articulação com a rede municipal.

É uma política pública intersetorial de promoção do desenvolvimento integral das primeiras infâncias, que busca garantir os direitos das crianças, muitas das quais são privadas de um ambiente saudável e seguro por conta da situação de privação de liberdade de seus familiares. O projeto realizou a ambientação de 99 espaços nos estabelecimentos prisionais, proporcionando, assim, um espaço mais saudável e seguro para as crianças.



RS Qualificação II

Qualificar a mão de obra para a ocupação de vagas atualmente ociosas em razão da falta de profissionais capacitados é o propósito do RS Qualificação, iniciativa do governo do Estado, por meio da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP). Uma nova etapa do programa deve ser lançada ainda no primeiro trimestre, voltada prioritariamente a cidades afetadas pelas enchentes de 2024.

Os cursos de qualificação serão oferecidos para trabalhadores preferencialmente desempregados ou subocupados a partir de convênios assinados com os municípios, com foco em áreas que contribuam para a reconstrução do Rio Grande do Sul.

O Estado repassará R\$ 40 milhões em recursos, distribuídos conforme o número de habitantes de cada local. Os municípios interessados deverão se inscrever após o lançamento do edital em página específica no site da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional (www.trabalho.rs.gov.br/editais) e enviar a documentação estabelecida no documento.



Foto: Divulgação/Prefeitura de Santiago



Carretas do Saber

O programa Carretas do Saber é resultado de um convênio entre o governo do Estado, por meio da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP), e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Sul (Senai/RS), integrante do Sistema Fiergs. Com o investimento de R\$ 56,1 milhões, a ação pretende disponibilizar cursos gratuitos de qualificação de maneira itinerante, preferencialmente para trabalhadores desempregados, subocupados, informais e jovens em busca do primeiro emprego.

A iniciativa prevê a compra e a estruturação de sete carretas que serão deslocadas para os municípios gaúchos. Nos cinco anos de duração do convênio, estão previstos mais de 400 atendimentos aos municípios e aproximadamente 12 mil alunos qualificados. Os municípios poderão manifestar o

seu interesse em participar do programa a partir de agosto deste ano, por meio de um chamamento público.



MEI RS Calamidades

O MEI RS Calamidades é um programa criado pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP), para a retomada e o incentivo aos microempreendedores individuais atingidos pelas enchentes de 2024. Uma nova edição estará disponível em 2025, com investimento previsto de R\$ 60 milhões, para beneficiar mais de 25 mil MEIs.

O programa está dividido em três fases: um auxílio de R\$ 1,5 mil para os empreendedores habilitados conforme os critérios estabelecidos em edital, mediante inscrição; uma consultoria em plano de negócios, marketing, vendas, gestão de custos e formação de preços;

e uma nova parcela de R\$ 1,5 mil aos MEIs que concluírem a etapa anterior, após a abertura de conta empresarial no Banrisul, além de serviços adicionais oferecidos pelo banco. Os microempreendedores individuais dos municípios afetados pelas enchentes poderão se inscrever em link disponibilizado na página do programa no site da STDP.



Artesão em Foco

O Artesão em Foco é um seminário regional realizado com o intuito de aprimorar técnicas artesanais, além de proporcionar aos participantes noções sobre design territorial, avaliação de produtos, posicionamento, comunicação e vendas nas redes sociais, como forma de valorizar e fortalecer o setor da Economia Popular Solidária. São dois dias de atividades ministradas por uma designer contratada pela Secretaria de Trabalho e

Desenvolvimento Profissional (STDP).

A participação no seminário é gratuita, e os inscritos recebem um atestado de conclusão após o evento. Os municípios podem manifestar interesse em link disponibilizado na página do programa no site da Secretaria.



Capacitação para Jovens

Uma capacitação on-line e gratuita direcionada ao primeiro emprego é disponibilizada para jovens de 17 a 22 anos que já tenham concluído ou estejam cursando o terceiro ano do Ensino Médio em escolas públicas de todo o Estado, por meio de um acordo de cooperação entre a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP) e o Instituto Proa.

Os estudantes aprovados no curso realizam, durante três meses, formação em Autoconhecimento, Projeto Profissional, Raciocínio Lógico e Comunicação.

Após essa primeira etapa, eles podem optar por sete trilhas de capacitações específicas nas áreas de Administração, Logística, Análise de Dados, Promoção de Marcas, UX Design, Varejo e Educação Financeira. São duas mil vagas em todo o Rio Grande do Sul. Os municípios podem manifestar interesse em link disponibilizado na página do programa no site da Secretaria.

Além de incentivar e reconhecer a adoção de práticas inclusivas, o selo tem a finalidade de contribuir para a visibilidade de negócios que sejam gerenciados por membros da população LGBTQIA+. Os municípios interessados deverão se inscrever após o lançamento do edital, previsto para abril, em página específica no site da Secretaria.



Selo Empresa Parceira da **Diversidade Sexual e de Gênero**

O selo Empresa Parceira da Diversidade Sexual e de Gênero é um reconhecimento anual do Estado, por meio das secretarias do Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP) e da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), o qual será concedido a empresas ou órgãos públicos no Rio Grande do Sul com ações que promovam a pluralidade sexual e de gênero.



Programa Avançar no Turismo RS

Lançado em janeiro de 2022, o programa Avançar no Turismo RS investiu cerca de R\$ 200 milhões no setor turístico do Estado, visando impulsionar a infraestrutura e a competitividade dos destinos gaúchos. Foram selecionados 139 projetos em convênio com 134 municípios, contemplando a construção, reforma e revitalização de equipamentos urbanos e rurais essenciais para a experiência turística. As iniciativas incluem melhorias em praças, orlas, acessos a pontos turísticos e centros culturais, além de investimentos em sinalização e qualificação de espaços públicos.

O objetivo central é acelerar o crescimento econômico, fomentar o turismo como motor de desenvolvimento local e aprimorar a qualidade dos serviços prestados à população, fortalecendo a identidade regional e o potencial de cada destino.



Foto: Divulgação Setur



Regionalização do Turismo

Alinhada à Política Nacional de Turismo, a Secretaria Estadual de Turismo (Setur) promove a regionalização como estratégia para fomentar o turismo de maneira integrada e sustentável. O Estado conta com 375 municípios organizados em 28 regiões turísticas, permitindo que cidades com diferentes vocações e níveis de estrutura turística colaborem entre si. Essa abordagem amplia os benefícios econômicos do setor, já que municípios sem atrações turísticas diretas podem fornecer mão de obra, produtos e serviços para aqueles que recebem maior fluxo de visitantes.

Além disso, a Setur apoia a estruturação dos destinos por meio de ações de capacitação, gestão, promoção e incentivo à governança regional, fortalecendo a identidade cultural e as cadeias produtivas locais. Para integrar a estratégia de regionalização do turismo, os municípios devem se articular com as instâncias

de governança regionais e atender aos critérios estabelecidos pela Setur e pelo Ministério do Turismo.



Mapa da regionalização

A Setur coordena periodicamente a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro no Estado, garantindo que os municípios tenham acesso a políticas de desenvolvimento, linhas de financiamento e programas federais voltados para o setor. Os municípios interessados devem realizar ou atualizar seu cadastro no Sistema de Informações do Mapa do Turismo, atendendo a critérios estabelecidos pelo Ministério do Turismo, como a existência de um órgão responsável pelo turismo e a comprovação de dotação orçamentária.

A inclusão no mapa permite que as cidades participem de projetos estratégicos, recebam apoio técnico e tenham maior visibilidade

em ações promocionais, fortalecendo o planejamento e a estruturação do turismo em nível local e regional. Os municípios que desejam integrar ou permanecer no Mapa do Turismo Brasileiro precisam realizar ou atualizar seu cadastro no Sistema de Informações do Mapa do Turismo (SISMapa), seguindo os requisitos do Ministério do Turismo.



Sistema de Inteligência Turística

Lançado em março de 2024, o Sistema de Inteligência Turística (Inturis) é uma plataforma inovadora desenvolvida em parceria com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), com o propósito de qualificar a tomada de decisões no setor turístico.

O sistema oferece um painel interativo com dados estratégicos sobre o fluxo de turistas, a movimentação econômica gerada pelo setor, a ocupação hoteleira e o perfil dos visitantes. Além disso, um assistente virtual (ChatBot)

facilita o acesso às informações, permitindo que gestores municipais, empresários e pesquisadores tenham um diagnóstico detalhado do turismo em suas regiões.

Com essa ferramenta, a Setur busca fortalecer o planejamento e a gestão do turismo no Estado, promovendo maior competitividade e eficiência na alocação de recursos. Para utilizar o Sistema de Inteligência Turística, os municípios devem se registrar e fornecer informações sobre os dados turísticos locais, como o fluxo de visitantes, a infraestrutura de serviços e os perfis dos turistas.



Aplicativo Turismo RS

O aplicativo Turismo RS, disponível gratuitamente para dispositivos Android e iOS, reúne informações sobre roteiros, destinos, eventos e cidades gaúchas, funcionando como um guia interativo para turistas e moradores. Desenvolvida pela Procergs, a ferramenta facilita

o acesso a conteúdos atualizados sobre atrativos culturais, naturais, gastronômicos e históricos do Estado, além de permitir a navegação por categorias e preferências dos usuários.

O app também inclui um calendário de eventos, integração com mapas e a possibilidade de avaliações, incentivando a interação e a troca de experiências entre os viajantes.

Ao oferecer uma plataforma digital acessível e intuitiva, a Setur fortalece a promoção dos destinos e estimula o turismo regional de maneira mais dinâmica e conectada.

Os municípios podem aderir ao aplicativo Turismo RS compartilhando informações e atrativos turísticos locais com a Setur, que fará a inclusão no aplicativo.



Tchê Convida

Ativação dos destinos turísticos e de estruturação/qualificação de produtos turísticos no litoral gaúcho, com o objetivo de incentivar

o fluxo de turistas, a visitação, a retenção e a ampliação do tempo de permanência nas localidades. São ações ativas de promoção turística, as quais reforcem a reputação e a atratividade do Rio Grande do Sul enquanto destino de verão, e têm como público-alvo, em especial, os turistas internos do Estado. Podem ser incluídas neste eixo também as ações de ativação do destino turístico e/ou ativações em eventos turísticos.



Tchê Recebe

Ações de promoção ativa do destino Rio Grande do Sul, por meio da participação em eventos geradores de fluxo turístico, com o objetivo de incentivar e fortalecer o fluxo interno de turistas, mas também promover a imagem de um destino turístico acolhedor e resiliente para os turistas oriundos de outros estados e/ou países. Também visa fortalecer o posicionamento turístico do litoral gaúcho por meio do turismo de eventos e de natureza como elementos distintivos do

território gaúcho no contexto do turismo de sol e praia predominante no verão brasileiro, e o turismo de eventos, aventura e natureza, mais localmente; assim como segmentos estratégicos em outras regiões que demonstrem importante atividade turística no verão.



Tchê **Acolhe**

Ações de promoção passiva por meio de centros e/ou pontos de atenção e acolhimento ao turista. São iniciativas direcionadas para os turistas internacionais, nacionais oriundos de outros estados e o próprio turista doméstico, na medida em que os pontos de acolhimento ao turista serão posicionados em locais estratégicos para que a ação alcance todos os perfis de visitantes.



Segmentação do **Turismo**

O turismo é uma atividade que busca a satisfação de variados públicos, com desejos e experiências próprias. Assim, o trabalho da Setur consiste em atender a cada um desses públicos por meio de ações diretamente exercidas junto ao poder público municipal, às gestões desenvolvidas pelas regiões, aos parceiros no desenvolvimento do produto turístico e, principalmente, junto aos empreendimentos turísticos do Estado. O trabalho de segmentação visa orientar boas práticas, promover a integração entre os atores específicos, auxiliar na promoção do produto segmentado, assessorar em questões legais de cada segmento, desenvolver programas de aprimoramento do produto e auxiliar nas capacitações necessárias. Turismo de Natureza (Ecoturismo, Aventura, Turismo em Geoparques, Observação de Vida Silvestre, Trilhas de Longo Curso e Cicloturismo), Turismo Espiritual e Religioso, Turismo LGBTQIAPN+, Turismo Pet Friendly e Turismo de

Negócios e Eventos são exemplos de segmentos que demandam tais ações junto à Secretaria.



Cadastur em Movimento

O Cadastur em Movimento é uma iniciativa da Setur para fortalecer a regularização e a qualificação do trade turístico no Rio Grande do Sul. Além de ampliar a adesão ao Cadastur, o programa percorre as regiões do Estado, engajando profissionais e empresas do trade turístico para a formalização e capacitação, ampliando as oportunidades de desenvolvimento e crescimento do turismo local. Entre as ações do programa, estão previstos mutirões de cadastro, atendimento personalizado, capacitações e palestras, campanhas informativas e de sensibilização.



Promoção e **novos mercados**

A promoção do destino Rio Grande do Sul em feiras de turismo estaduais, nacionais e internacionais fortalece a imagem do Estado e abre portas para os municípios, permitindo que cada região destaque suas atrações únicas. Essa visibilidade conjunta é essencial para gerar novos fluxos turísticos e impulsionar a economia local. Além disso, o apoio a eventos que atraem turistas para os municípios contribui diretamente para o crescimento do setor, movimentando comércio, serviços e infraestrutura.

A capacitação das agências de viagens, com foco nas necessidades do mercado estadual, nacional e internacional, é uma ferramenta importante para promover o Estado de forma integrada. O desenvolvimento de novos produtos turísticos e a captação de eventos nacionais ajudam a diversificar a oferta, incentivando a visitação a diferentes regiões e fortalecendo a colaboração entre os municípios

e o Governo do Estado, criando uma experiência rica e atraente para os turistas.



Selo **EmFrente,** **Mulher**

O Selo EmFrente, Mulher, uma iniciativa do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, do Programa RS Seguro, vinculado ao gabinete do governador Eduardo Leite, foi lançado em março de 2023. Trata-se de uma certificação de responsabilidade social concedida a empresas que desenvolvem programas, projetos e ações de forma sistemática e continuada para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

A validade do selo é de dois anos e pode ser renovada pelo mesmo período. As inscrições são abertas anualmente, sempre em março, no mês da mulher. Em 2023, 13 empresas foram contempladas; em 2024, dez. Além de receberem os certificados, os representantes delas são convidados a participarem de painéis,

nos quais podem apresentar as boas práticas e as estratégias de atuação que adotam no enfrentamento a esse tipo de violência. Podem participar empresas de todo o Rio Grande do Sul que estiverem em estado de regularidade fiscal e, posteriormente, aprovadas na fase das inscrições.



Monitoramento **do Agressor**

Em junho de 2023, foi implantado no Estado o projeto Monitoramento do Agressor, o qual busca aumentar a proteção de vítimas amparadas por medidas protetivas de urgência baseadas na Lei Maria da Penha, com a realização de duplo monitoramento e a implementação de zonas de exclusão (fixas e móveis). O agressor é monitorado por tornozeleira eletrônica rígida, e a vítima recebe um celular com GPS, passando a ter contato direto com os operadores de segurança pública envolvidos no projeto. A medida garante o

rastreamento dos passos do agressor, evitando que ele se aproxime da vítima.

A iniciativa é uma das ações desenvolvidas pelo Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (EmFrente, Mulher), sendo coordenado pelo Programa Transversal e Estruturante de Segurança Pública, RS Seguro. A Secretaria da Segurança Pública (SSP) é a responsável pela central de monitoramento. Atualmente, 175 tornozeleiras estão sendo utilizadas em agressores. O Monitoramento do Agressor opera em todas as regiões do Estado, e o investimento é de R\$ 4,8 milhões do Programa Avançar.



RS Seguro **COMunidade**

O governo lançou, em dezembro de 2023, o projeto RS Seguro COMunidade, uma iniciativa do Programa RS Seguro, que tem como objetivo a realização de ações estratégicas em microterritórios vulneráveis socioeconomicamente e que apresentam índices elevados de crimes violentos letais e intencionais, consumados e tentados, entre 2018 e 2022. Foram mapeados 44 territórios. A primeira etapa do projeto será realizada em 17 territórios de oito municípios: Alvorada, Canoas,



Foto: Elisângela Veiga RS Seguro

Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Santa Maria, São Leopoldo, Porto Alegre e Viamão.

O projeto, de natureza transversal, será estruturado a partir de ações estratégicas de diversas secretarias estaduais, com participação das prefeituras municipais beneficiadas e de parceiros como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Instituto Gerando Falcões, Central Única das Favelas, Comunitas, Datafavela e Instituto de Arquitetos do Brasil-RS, além do envolvimento das comunidades nas ações que serão implementadas. O investimento do Estado é de R\$ 310 milhões, de 2024 a 2026.

O plano é um só:
tornar o RS
ainda mais forte

planoriogrande.rs.gov.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

O futuro nos une.